



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 461 - DE 25 DE AGOSTO A 8 DE SETEMBRO DE 2013 - R\$ 3,00



**30 de agosto,
Dia Nacional
de Mobilização
e Paralisação!**

**73 anos do assassinato de
León Davidovich Bronstein,
Trotsky**

**Nesta edição:
O novo ascenso
revolucionário
e as tarefas da
IV Internacional.
Julho de 1936**



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

30 de agosto, Dia Nacional de Mobilização e Paralisação!

A classe operária, os assalariados em geral, a juventude oprimida e os camponeses estão convocados a lutar no Dia Nacional de Mobilização e Paralisação contra a miséria e a fome, a lutar pelos empregos, pelo direito à aposentadoria, pela redução da jornada de trabalho, pelo fim da terceirização e pela reforma agrária.

No dia 30 de agosto, as Centrais sindicais decidiram comparecer unidas em defesa das reivindicações: 1) Redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas, sem redução dos salários; 2) Não ao Projeto de Lei 4330 que avança a terceirização e a precarização das condições de trabalho; 3) Fim do fator previdenciário que dificulta a aposentadoria e prejudica ainda mais os miseráveis ganhos do trabalhador que se aposenta; 4) Reforma agrária.

As três primeiras reivindicações se encontram no Congresso Nacional para serem votadas. As Centrais sindicais exigem que os parlamentares e o governo Dilma Rousseff votem a favor da redução da jornada, a favor do fim do fator previdenciário e contra o Projeto de Lei 4330 que favorece os patrões contra os assalariados.

A reivindicação de reforma agrária necessita de definição. É uma necessidade dos camponeses sem-terra e de todos os pobres do campo. Uma reivindicação imediata deve ser defendida: que o governo Dilma exproprie as propriedades latifundiárias, sem indenização, que imediatamente assente todos os sem-terra e que aprove um plano de proteção aos pequenos e médios lavradores, elaborado pelos pobres do campo em assembleias agrárias. É preciso os trabalhadores das cidades se unam aos trabalhadores do campo em defesa do fim da miséria e da fome.

Essas reivindicações precisam ser tomadas como ponto de partida da luta por um programa de reivindicações que de fato defendam a vida das massas. É necessário ter claro que essas reivindicações do Dia Nacional de Luta ainda são limitadas. A redução da jornada para 40 horas não eliminará o desemprego, poderá aliviar um pouco o brutal peso da exploração. A derrubada do Projeto de Lei 4330 evitará que avance a terceirização para todas as funções na produção, nos serviços e no funcionalismo, mas não a eliminará. É preciso lutar pelo fim de toda terceirização e pela incorporação de todos os trabalhadores terceirizados como contratados diretamente pelas empresas, estabelecimentos e governos. O fim do fator previdenciário apenas amenizará o mecanismo que obriga o trabalhador a trabalhar mais tempo e a contribuir mais para ter o benefício equivalente ao seu salário, até o teto estipulado pela Previdência. Essa luta não pode parar aí. É preciso derrubar a reforma da previdência que criou inúmeros obstáculos para dificultar e até impedir o direito dos trabalhadores de se aposentarem. É preciso exigir que os capitalistas que nos exploram e o governo



Ato/Plenária contra a repressão e os processos políticos no dia 15/08

que nos oprime arquem com o custo integral da aposentadoria da população explorada.

A união dos trabalhadores e da juventude no dia 30, paralisando as fábricas, os bancos, os transportes coletivos, as repartições públicas e as escolas, dará um primeiro passo para arrancar as reivindicações da Câmara dos Deputados e do Senado e do governo.

Não basta parar as atividades e sair às ruas. É necessário organização: que os sindicatos convoquem assembleias e que se formem os comitês de luta. O Dia Nacional de Mobilização e Paralisação deve servir para unir os explorados por meio das assembleias, dos comitês, da greve e das manifestações.

Há muito que os sindicatos e as Centrais não organizavam a luta nacional da classe operária e dos demais explorados. Diante das grandes manifestações que tomaram as avenidas de centenas de cidades em todo o País, as Centrais realizaram no dia 11 de julho uma primeira manifestação. Isso mostra que a situação está difícil para a maioria.

Os governos e a burguesia criaram a ilusão de que os trabalhadores foram os grandes beneficiários do crescimento econômico. Mas o certo é que os capitalistas ganharam muito graças ao nosso trabalho, aos baixos salários, ao avanço da terceirização e aos obstáculos para o trabalhador conseguir a aposentadoria. Não é por acaso que as favelas cresceram, a criminalidade explodiu e a violência policial se intensificou.

A situação calamitosa da saúde pública é a que mais apareceu nas manifestações de junho, ao lado dos transportes coletivos. Enquanto os ricos contam com toda proteção e conforto, a imensa maioria pobre e oprimida vive atormentada pelos baixos salários, pelo subemprego, pelo desemprego, pelas longas jornadas de trabalho, pelo precário sistema de transporte coletivo, pelas doenças, criminalidade e barbárie policial.

A enorme distância que separa a classe burguesa da clas-

se operária é fruto do sistema capitalista de exploração do trabalho. A maioria está sujeita a servir de força de trabalho para a burguesia acumular riqueza. Está aí por que é necessário um movimento operário e popular forte e bem organizado em torno do programa de reivindicações e de luta pelo socialismo.

A situação econômica do Brasil está mudando para pior. O crescimento tem sido baixo. Vem diminuindo a abertura de postos de trabalho. Na indústria, mais se desemprega do que se emprega. A inflação avançou. A alta do custo de vida atinge os ganhos da maioria. O salário mínimo não garante sequer as necessidades integrais de uma pessoa, que dirá de uma família!

É com essa tremenda opressão econômica e social que a maioria se defronta. E é a ela que o movimento operário e popular deve responder com as reivindicações que de fato defendem a vida da maioria.

O salário e o emprego são os pilares que garantem a existência dos explorados. Por isso é deles que partimos com nossas reivindicações. A volta da inflação e da alta do custo de vida não pode ser tolerada pelos assalariados. Os capitalistas e o governo se valem desse mecanismo econômico para rebaixar os salários. Ou reagimos, ou afundamos ainda mais na pobreza e nas dificuldades diárias.

O Dia Nacional de Mobilização e Paralisação deve se colocar:

1. *Por um reajuste geral dos salários;*
2. *Pela adoção da escala móvel de reajuste (subiu a inflação, sobem os salários);*
3. *Pelo Salário Mínimo Vital, com escala móvel de reajuste (o valor do salário mínimo deve ser calculado segundo as necessidades reais de uma família de 4 pessoas).*

O desemprego começou a atingir a classe operária. Logo mais se espalhará para os setores de serviços e de comércio. Não podemos esperar passivamente que a tormenta chegue.

O Dia Nacional de Mobilização e Paralisação deve se colocar:

1. *Pela estabilidade no emprego;*
2. *Pela redução da jornada de trabalho aplicando a escala móvel das horas de trabalho (isto é, dividem-se as horas nacionais trabalhadas pelo número de pessoas aptas ao trabalho, sem redução dos salários. Essa é a única forma de emprego a todos, portanto da eliminação do desemprego e da miséria absoluta)*

O movimento de junho exigiu dos governos a revogação do aumento das tarifas dos transportes coletivos. Em vários estados, houve conquista. Mas sabemos que o problema do transporte continua a nos atormentar. O movimento também levantou outras reivindicações de saúde e de educação. Transporte, saúde e educação não cabem em nossos salários miseráveis. É preciso uma resposta que vai além do emergencial.

O Dia Nacional de Mobilização e Paralisação deve se colocar:

1. *Pela estatização do sistema privado de transporte, saúde*

de e educação, sem indenização.

2. *Pela constituição de um sistema único, estatal e público de transporte, saúde e educação, sob o controle da classe operária, de quem trabalha e estuda;*
3. *Pelo passe livre para desempregados e estudantes;*

Os movimentos têm sofrido com o avanço da repressão e da criminalização das lutas. A lei antigreve é usada contra os sindicatos e lideranças grevistas. A violenta repressão militar é usada contra as ocupações de moradia. Processos políticos, criminais e administrativos, são usados para tornar as vítimas da repressão em réus, nas universidades e nas manifestações de rua. As lideranças de sem-terra são assassinadas impunemente. Os trabalhadores e suas famílias na periferia sofrem com o massacre da polícia militar assassina. Onde está Amarildo? Quem matou Ricardo?

O Dia Nacional de Mobilização e Paralisação deve se colocar:

1. *Pelo fim de todos os processos políticos contra trabalhadores e estudantes! Libertação dos presos políticos!;*
2. *Pelo fim da lei antigreve, pela total liberdade de nos mobilizarmos pelas reivindicações;*
3. *Pelo fim da PM! Dissolução do aparato repressivo! Tribunais Populares para julgar seus crimes!*

Trabalhadores e trabalhadoras, o Partido Operário Revolucionário (POR) os chama a participar do Dia Nacional de Mobilização e Paralisação convocada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), Central Sindical e Popular-Conlutas (CSP/Conlutas), Intersindical, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Como vemos, existem muitas Centrais. A classe operária e os demais explorados necessitam apenas de uma só central, que seja classista, combativa, democrática e independente da política burguesa e dos governos. Defendemos que o dia Nacional de Mobilização e Paralisação seja o começo da unificação das lutas.

De setembro a novembro, teremos inúmeras campanhas salariais que envolvem várias Centrais.

O Dia Nacional de Mobilização e Paralisação deve se colocar:

1. *Pela unificação das campanhas salariais;*
2. *Por uma greve unificada para arrancar as reivindicações das multinacionais e do patronato brasileiro.*

Trabalhador e trabalhadora, vamos parar a produção, os transportes, os serviços e as escolas no Dia Nacional de Mobilização e Paralisação. Vamos ganhar as ruas, como fizeram a juventude e populares em junho.

Caso o Congresso e o governo não atendam integralmente as reivindicações, as Centrais têm o dever de convocar e preparar uma Greve Geral por tempo indeterminado. Esse é o caminho para continuarmos lutando pelas reivindicações que de fato defendem as condições de existência dos explorados.

A tendência da economia é mergulhar na crise

A economia brasileira vem sofrendo com as manifestações da crise mundial capitalista. A queda da produção industrial chinesa tem prejudicado as exportações e a produção industrial dos países produtores de matérias-primas. Com a queda da produção e falta de perspectivas de melhora, formou-se uma tendência geral de redução do investimento externo nesses países, incluído o Brasil. A retração nos investimentos externos chega a mais de 47% no ano, sendo que em alguns setores superou os 70% (materiais elétricos e metalurgia), segundo a Abimaq. Essa retração também corresponde a uma tendência geral internacional: Na indústria global, a queda de recursos disponíveis para fusões e aquisições no setor foi de 33%, de US\$ 205 bilhões para US\$ 137 bilhões, e de 42% para novos projetos, de US\$ 453 bilhões para US\$ 264 bilhões.

O déficit das contas externas acumulado nos sete primeiros meses do ano (US\$ 52,5 bilhões) também é recorde para o período e se aproxima de todo o rombo registrado em 2012 (US\$ 54,2 bilhões). Nos primeiros sete meses do ano passado, o saldo negativo era bem inferior, de US\$ 29 bilhões. Esse é mais um elemento de saída de dólares e pressão cambial.

A fuga de capitais principalmente para o mercado norteamericano tem causado uma valorização geral do dólar nos países semicoloniais. É o que vemos se passar no Brasil, onde a moeda se aproximou dos R\$ 2,50 e obrigou o Banco Central anunciar a injeção de 60 bilhões de dólares para conter a alta. Para se ter uma ideia do montante, as reservas cambiais brasileiras somam 373 bilhões de dólares no momento.

A alta do dólar, que estava a R\$ 1,57 no final do ano passado, tem pressionado os preços para cima. A alta inflacionária é o meio dos capitalistas preservarem seus ganhos diante da elevação cambial. Enquanto isso, os salários, congelados em

seu valor em reais, são desvalorizados no seu poder de compra. A alta cambial é um instrumento de confisco dos salários. Repercute necessariamente na inflação, principalmente nos supermercados, cujas redes principais de distribuição pertencem ao capital estrangeiro, que zela pela preservação de seus lucros em moeda internacional elevando brutalmente os preços das mercadorias nas prateleiras.

A massa salarial no país registrou pequena alta em julho, depois de seis meses seguidos de queda. A redução geral da massa salarial é mais um instrumento de confisco que favorece os capitalistas.

A indústria em geral tem oscilado mês a mês (2,7% em janeiro, -2,4% em fevereiro, 0,8% em março, 1,9% em abril, -1,8% em maio, 1,9% em junho), com pequenas taxas de alta e baixa, mas na média continua caminhando para a retração, tendência manifestada nos últimos dois anos. A retração do emprego ainda não se manifestou de forma significativa, pois as empresas têm funcionado no limite inferior da capacidade produtiva. As demissões em grande quantidade inviabilizariam qualquer retomada circunstancial mensal, que tem ocorrido. A indústria da construção civil tem apresentado índices consecutivos de retração empregatícia. O comércio tem segurado o nível geral de emprego, mas também já dá sinais de retração. No geral, o desemprego em julho ficou em 5,6%, mas vinha numa queda sucessiva nos meses anteriores, que alcançou 6% em junho.

A tendência geral aponta para o agravamento das condições de emprego e salários no Brasil, e em geral nos países atrasados, que estão adentrando numa nova fase da crise mundial capitalista. O que coloca a tendência dos explorados em enfrentar os ataques dos capitalistas. As manifestações massivas de rua que vimos em junho devem voltar brevemente. E a classe operária será empurrada para a cabeça desse movimento.

GM de São José dos Campos antecipa as demissões previstas para dezembro

A destruição de mais 897 postos de trabalho é um ataque brutal à classe operária

Não há outra resposta a não ser a greve

Depois de ter imposto um acordo ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, no mês de março, a multinacional retomou seu plano de encerrar a produção do Classic e demitir os operários do setor chamado MVA. O anúncio pegou de surpresa os dirigentes sindicais, que lamentaram o rompimento do acordo. Realizaram uma manifestação na Prefeitura para exigir uma posição do prefeito Carlinhos. Querem que o prefeito petista exija da GM o cumprimento do acordo e a manutenção dos empregos. Em nota do sindicato, exigem que Dilma “edite uma medida provisória proibindo as demissões”. Chama a população de SJC a repudiar as demissões. E que a GM promova mais investimentos. Conclui a nota dizendo que o PSTU “se soma a essa luta para manter todos os empregos”.

O que ocorre, nesse momento, é consequência da derrota sofrida pelos metalúrgicos. Lembramos que a direção do sindicato se mostrou incapaz de ter preparado a resistência e, finalmente, capitulado. As 897 demissões se somam às 598 de 26 de janeiro e às outras centenas

oriundas da política de fechamento de setores da empresa.

O acordo assinado pela direção sindical e agora reivindicado incluiu demissões e a redução do piso salarial para os novos contratos, de R\$ 3.100,00 para R\$ 1.800,00. Havia uma esperança de que até dezembro os empregos estariam garantidos. Mas ao invés da GM esperar até dezembro, antecipou sua decisão de demitir em agosto.

Vergonhosamente, os morenistas que dirigem o sindicato se valem do acordo maldito de março de 2013 para questionar a GM. Enfatizamos, na época, que o acordo era uma derrota porque implicava demissão, redução salarial, aceitação do PDV, lay-off e banco de horas. Não há nenhuma surpresa. As demissões faziam parte do acordo. A indignação da direção sindical não passa de impotência. As multinacionais agem por cima do Estado e por cima dos sindicatos e impõem a flexibilização trabalhista por meio da redução salarial, da suspensão temporária, do banco horas, da terceirização e das demis-

sões. Os governos, sejam do PT ou da oposição burguesa, dilapidam o Tesouro Nacional para subsidiar as montadoras. Portanto, Carlinhos, Dilma, Alckmin, etc. não “editarão” nenhuma medida contra o plano da GM de cortar empregos.

A direção do sindicato assinou um acordo que colocou a corda no pescoço dos operários e agora reedita o mesmo erro, lamentando que a multinacional não respeita o que assinou. Submetido ao acordo antioperário, o sindicato ficou com os braços e pés amarrados, aguardando a hora fatídica, que chegaria em dezembro. A multinacional, seguindo seus planos e vendo que o sindicato é incapaz de mobilizar os metalúrgicos, decidiu antecipar o fechamento do Classic e demitir. A direção capituladora, não tendo o que fazer, foi aos pés do prefeito pedir sua intervenção. E olhando mais alto, pediu clemência para o governo burguês e pró-imperialista de Dilma.

O que o PSTU chamou de vitória parcial quando assinou o acordo, agora confirma a derrota total. Desgraçadamente, a organização da resistência se tornou mais difícil. Mas não impossível. É preciso, no en-

tanto, modificar completamente a posição do sindicato. A primeira medida é a de ir até os metalúrgicos – não só da GM – para lhes dizer que o sindicato errou em assinar um acordo de demissão e redução salarial. E que não há outra solução senão derrubar o acordo pró-multinacional por meio da greve. Deve também reconhecer perante os operários que a bandeira que pede apoio ao prefeito e ao governo Dilma não passa de uma ilusão. E dizer que ou a classe operária se mobiliza para reverter as demissões, ou então não terá como derrubar a decisão da multinacional. Mesmo que tardiamente, a direção do sindicato que se diz revolucionária, vinculada ao PSTU, decidindo pela mudança de sua linha capituladora prestará contas de seu erro e poderá ser um instrumento de resistência proletária. Caso não o faça, carregará nas costas a responsabilidade total das demissões e da derrota política do sindicato.

Os trabalhadores em geral devem se colocar pela:

Readmissão de todos os demitidos da GM, pelo fim do acordo que só trouxe derrotas e pela nacionalização das multinacionais, sob o controle do proletariado.

Burocracias sindicais empenhadas em remendar o PL 4330

O PL 4330, que avança a terceirização para todas as funções das empresas e dos serviços públicos, estava para ser votado em meados de agosto. Foram realizadas várias reuniões na comissão quadripartite (governo, patrões, parlamentares e dirigentes sindicais), mas não houve acordo. Os capitalistas e seus representantes no governo não aceitaram nenhuma emenda dos sindicalistas. Mesmo assim, os sindicalistas continuaram com a farsa. Justificaram que o adiamento da votação para setembro foi uma conquista da mobilização de julho e da vigília de 14 de agosto e que continuarão na comissão.

O que pretendem os burocratas sindicais? Querem remendar o PL 4330, acrescentando alguma “vantagem” ao trabalhador. Estão empenhados em convencer o patronato a aceitar uma cláusula que responsabiliza a empresa terceirizada com o pagamento dos trabalhadores em caso de falência. Essa é a emenda da “responsabilidade solidária”. Querem que os capitalistas aceitem a paridade salarial entre terceirizados e trabalhadores da empresa. E procuram uma brecha para dificultar a quarteirização (terceirizada contratando outra

terceirizada). Na verdade, procuram comparecer perante os trabalhadores como sendo contra o PL 4330. Assim, alimentam a ilusão de é possível modificar o PL da terceirização, apresentando propostas na comissão quadripartite. Falso!

Os capitalistas estão ampliando a lei da terceirização pela via do PL 4330. Por isso, não aceitam nenhum reparo dos burocratas. Usam a comissão quadripartite para engessar ainda mais os burocratas e aprovar o projeto sem que a classe operária e os demais explorados reajam com seus próprios métodos.

O que devem fazer os trabalhadores? A classe operária deve rejeitar a política dos dirigentes sindicais de emendar o PL 4330. Isso por que significa aceitá-lo na sua essência, que é a ampliação para todos os serviços. É um engano acreditar que os remendos poderão ser favoráveis aos explorados, porque o PL 4330 e a Lei da Terceirização são medidas capitalistas de proteção aos lucros. Deve exigir dos dirigentes sindicais a convocação de assembleias e aprovação da luta pela completa derrubada da lei da terceirização.

Manobra da Justiça para proteger os assassinos do massacre camponês de Felisburgo

O julgamento do massacre foi adiado, mais uma vez. O juiz acatou o pedido do latifundiário Adriano Chafik Luedy. Para acobertar a vergonhosa manobra, o juiz encenou com a decisão de prisão preventiva de três acusados, entre eles a do assassino Chafik.

A chacina de 5 camponeses e mais de uma dezena de feridos, após a invasão criminoso ao acampamento Terra Prometida, na Fazenda Nova Alegria, no Vale de Jequitinhonha, em 2004, chocou os explorados pela bárbara violência desfechada a mando de Chafik.

A fazenda constituída por terras devolutas foi ocupada por sem-terra, como parte da luta pela desapropriação e constituição de assentamentos. O latifundiário que se apossou das terras continuou e continua ameaçando as 57 famílias de camponeses que permaneceram no local.

A decisão do juiz de prender três dos réus (Adriano Chafik, Francisco de Assis Rodrigues e Milton Francisco de Souza) se limitou a uma ordem judicial. Nada foi decidido sobre as condições da prisão.

Se forem presos, logo mais estão soltos pela via judicial.

Não há que se iludir com a decisão do juiz. A justiça serve aos latifundiários, basta que lembremos da chacina de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás. A impunidade dos latifundiários mandantes dos crimes é assegurada pelo Estado e por suas leis de defesa da propriedade privada.

O julgamento e punição dos crimes dos fazendeiros sobre os camponeses é parte da luta pela expropriação dos latifúndios e entrega das terras aos camponeses pobres. Os crimes de classe só podem ser resolvidos pelos métodos do proletariado. Ou seja, quem pode punir a classe latifundiária é a classe que está sendo massacrada. Daí a importância da bandeira do Tribunal Popular, organismo forjado na luta.

Fim dos assassinatos no campo!

Punição aos assassinos!

Expropriação das propriedades latifundiárias e nacionalização das terras sob o controle dos camponeses!

A crise da saúde no estado do RN se agrava

O mês de agosto tem se mostrando um mês de luta pelos serviços públicos. O sistema de saúde em Natal está em estado de calamidade, postos de saúde (PSF) fechados por falta de estrutura e infraestrutura, falta de funcionários, além da falta de leitos em clínicas e em UTI, o que tem levado muitos pacientes a óbitos por falta de atendimento. No RN, tornou-se comum a família de pacientes que precisam de leito nas UTIs ter de recorrer à Justiça e mesmo sendo concedido pela justiça só neste mês de agosto. Com liminar em mãos muitos pacientes morreram.

Nos hospitais do Estado, o descaso e sucateamento não é diferente. Chegam-se a registrar cerca de 200 mortes por mês no Hospital Walfredo Gurgel, principal hospital do Estado. O que comprova que é uma verdadeira matança de trabalhadores, pois só neste hospital, anualmente, serão 2.200 vidas de trabalhadores perdidas. Enquanto isso, o financiamento a hospitais privados ficou descarado. O governo Rosalba/DEM gastou mais de R\$ 400 mil em 109 cirurgias realizadas em hospitais privados em Natal, sem destacar as várias empresas terceirizadas que há nas unidades de saúde.

A deflagração da greve da saúde

O governo Rosalba/DEM passou todo o mês de junho afirmando que o estado está em crise e que provavelmente não teria como pagar os servidores estaduais. Isso não conteve os trabalhadores da saúde que entraram em greve. As medidas tomadas “para contenção de gastos” só afetaram os servidores e a população. O governo retirou direitos já pagos, como por exemplo férias, que foram descontadas diretamente do salário mensal, como se tivesse sido um pagamento indevido. Anunciou que não pagaria plantão eventual, o que para grande parte da categoria é a complementação do salário que garante a sobrevivência dos servidores da saúde. A greve foi deflagrada e entre os pontos de pauta estão a questão das condições de trabalho (o que é angustiante, pois muitos não têm nem mesmo os materiais obrigatórios para atendimento) e cumprimento de acordos feitos em 2012.

Fica claro que a crise colocada pelo governo só recai sobre as costas dos trabalhadores e população. Não vimos no governo do DEM faltar, nem atrasar o dinheiro para as obras da Copa e sempre tem uma justificativa para desviar dinheiro dos cofres públicos para hospitais privados e cooperativas, que fazem da saúde uma mercadoria cara.

Como medida repressiva, o governo anunciou o corte de ponto dos grevistas. No entanto, isso não tem levado o movimento ao recuo. São grandes manifestações que contam com o apoio da população. O governo não se dispõe a negociar e os trabalhadores (até o fechamento do jornal) estão acampados em frente à casa da governadora.

O POR tem atuado na greve, defendido a unidade com outros setores do estado que estão em greve, a exemplo da educação (maior categoria do estado), polícia civil e servidores do ITEP. Além de defender comandos de greve, com assembleia e atividades unificadas.

A condução do movimento

O sindicato da saúde atualmente é conduzido pelo PSTU e independentes. Temos chamado atenção dos trabalhadores que o sindicato de forma alguma pode ser aparelhado por nenhum partido. O aparelhamento elimina a democracia sindical. Temos visto isso acontecer nos sindicatos dirigidos pelo PT que no RN colocam os interesses parlamentares acima da luta dos trabalhadores. Fazemos a mesma observação para o PSTU, que a partir do sindicato da saúde levanta a bandeira de “Fora Rosalba” e por um “governo de trabalhadores”. Com o alto índice de rejeição de Rosalba, o PSTU se apegou ao Fora e faz coro com o PT que foi além, levantando a bandeira do impeachment. Para nós, as duas bandeiras se identificam no o eleitoralismo. Tanto é que o PSTU, que avaliou a partir da crise entre Rosalba e o judiciário, afirma que é necessário sim pedir o impeachment. Medidas eleitoreiras que em nada resolverão a crise instalada nos serviços públicos do RN.

O POR tem nas assembleias defendido como pontos principais para fortalecimento e continuidade da greve o reajuste salarial, fim do ponto eletrônico, fim das terceirizações e estabilidade a todos, nenhum centavo para hospitais privados e por um sistema de saúde público e gratuito sobre o controle da população e trabalhadores. O objetivo do movimento é derrotar o governo, impondo-lhe as reivindicações. O eleitoralismo do PT e do PSTU deforma a luta pelas reivindicações e põe em risco o combate pelas reivindicações.



Pacientes nos corredores do Walfredo Gurgel, maior hospital do estado

Greve da educação no RN

Após a deflagração da greve da saúde, foram os trabalhadores da educação. A greve tem como pauta alguns pontos não atendidos na greve de 83 dias em 2011, 1/3 de horas atividades e melhorias na estrutura das escolas e fim da perseguição aos dirigentes do SINTE.

Os trabalhadores em educação a cada ano vêm tendo suas condições de vida mais precarizadas. São obrigados a recorrer a uma tripla jornada de trabalho. O governo do DEM foi rápido nas ameaças. No mesmo instante em que a greve era decretada, a secretária de educação já estava na imprensa dizendo que o ponto seria cortado e os salários suspensos. O governo, além de ameaçar, ataca diretamente a organização dos trabalhadores em educação, tirando a disponibilidade sindical dos dirigentes do Sinte e suspendendo seus salários. A Corrente Proletária, mesmo apontando as divergências com a condução do movimento que é dirigido pelo PT, repudia toda e qualquer intervenção do governo no sindicato, instrumento dos trabalhadores. Somente estes podem e devem decidir sobre seus dirigentes. A postura do governo tem um objetivo que é o ataque ao instrumento dos trabalhadores que é o sindicato.

Nos boletins distribuídos já nas primeiras assembleias, a Corrente Proletária na Educação afirmava que, frente à defasagem salarial e retomada da inflação, deveríamos aprovar um percentual de reajuste salarial. A direção limitou a reivindicação ao cumprimento do plano de cargos e ao pagamento do percentual do piso de 2012, na ordem de 0,62%.

Nossas propostas para as assembleias: unidade grevista, comando de greve unificado, assembleia pública, pela aprovação de um piso salarial que contemple a necessidade dos trabalhadores e sua família, efetivação imediata de todos os terceirizados e implementação imediata de 1/3 da carga-horária.

O governo do DEM tem investido milhões em propaganda, inclusive afirmando que reajustou os salários dos professores na ordem de 76%, quando o que houve foi apenas repasse dos índices do piso salarial.

Os trabalhadores não confiam na direção do Sinte, que em 2011 fez uma greve de 83 dias e, após a intervenção Fátima/PT e Rosalba/DEM, a greve acabou. Havia aí uma possibilidade de acordo político para a ida de Rosalba para a base aliada de Dilma/PT. Tanto que, em 2012, não tivemos greve, numa conjuntura não diferente deste ano. Com a impossibilidade desse acordo, a greve saiu sem preparação nas escolas. Os baixos índices de adesão à greve poderão nos levar a mais uma derrota. Lutamos para que a direção do Sinte não derrote a greve através das intermediações de parlamentares.

Resta aos trabalhadores em educação a constituição de uma oposição que não coloque os interesses eleitorais acima dos interesses gerais da classe. A Corrente chama a construção de uma fração revolucionária no movimento para derrotar a burocracia petista e trabalhar pela derrota dos governos represores.

Greve em Ceara Mirim/RN

A educação em Ceara Mirim é reflexo da política de des-

truição dos governos federal estadual e municipal. O prefeito Antônio Peixoto/PR, um delegado, utiliza-se dos serviços públicos para enriquecimento ao mesmo tempo que não negocia uma pauta de reivindicação que desde o seu primeiro mandato só tem crescido. O que significa aumento do sucateamento da educação.

Como se não bastassem escolas funcionando em casas de farinha, sem água e energia elétrica, alunos merendando sentados no chão, cobrança de fardamento escolar, merenda de péssima qualidade, os trabalhadores são obrigados a exercer dupla função na escola, como por exemplo lavar o banheiro e fazer a merenda. Já para os professores, o prefeito não discute o cumprimento da lei do piso de pagamento de 1/3 da carga horária.

Problemas são muitos, mas para onde caminhar?

A regional do Sinte é dirigida pelo PSTU/Conlutas que, na prática, tem desenvolvido a mesma política da direção estadual/PT, quando não organiza a luta e coloca a culpa nos trabalhadores. O afastamento da direção da regional das escolas, aparecendo somente para colocar cartazes, levou ao esvaziamento das assembleias. No entanto, o descontentamento com a educação municipal é uma realidade.

A Corrente Proletária na Educação defendeu desde a assembleia o indicativo de greve até a construção da greve nas escolas por um comando de base. Ao contrário, a direção passa todo tempo argumentando que os trabalhadores não querem lutar. A constituição deste comando foi o que impulsionou a luta grevista em Ceara Mirim. Em uma semana, a greve despontou no município com um percentual de adesão positivo. As propostas apresentadas foram a ida às escolas para fazer reunião com os pais, buscando a unidade com reivindicações que atendessem aos pais e estudantes. Essa medida foi positiva. A discussão com os professores que hoje no município são contratados e que recebem um salário mínimo, para que estes não recebessem alunos, uma vez que estavam com 4 meses de salários atrasados. O que foi importante pois, ao iniciar a mobilização, o prefeito pagou 3 meses. A Corrente Proletária defendeu também a organização dos piquetes contra os fura-greves. Nas saídas da cidade por onde passam os transportes que levam professores, piquetes nas portas das escolas.

A luta dos trabalhadores em educação foi o passo inicial para outras categorias como a guarda municipal se organizar para a greve. Até o momento do fechamento desta edição, a guarda encontra-se aquartelada e começará uma greve a partir da segunda (26/08), defendendo o reajuste salarial, o pagamento de gratificações retiradas, o direito a alimentação e água. O comando de greve já se reuniu com os trabalhadores da guarda municipal, traçando a unidade e a participação conjunta nas próximas atividades.

Para o POR, a retomada da luta no município é importante para derrotar a política de perseguição, arrocho salarial e destruição dos serviços públicos implementada pelo prefeito Antônio Peixoto, o que levará à aproximação de outros setores também atacados no município. Esse foi o caminho apontado desde o início pelo Partido Operário Revolucionário, que atua no comando de greve.

Paraíba

Em Alagoa Grande (PB), entre os dias 05 e 12 de Agosto, ocorreu uma série de atividades relacionadas aos direitos das mulheres, principalmente das trabalhadoras rurais. A programação aconteceu para lembrar os 30 anos do assassinato de Margarida Alves. Foi organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (STR) e pelo Instituto Penha e Margarida (IPEMA), em parceria com o governo do Estado. A programação teve como eixo a necessidade de políticas públicas para resolver os problemas no campo. Consistiu em palestras nas escolas, mostras de filmes, feiras de produtos artesanais e contou com a presença da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) Eleonora Menicucci. No ultimo dia, teve o ato de encerramento, na praça central da cidade. Estavam presentes MST, CONTAG, CUT, Levante Popular, PT e PCR. O Partido Operário Revolucionário (POR) compareceu com o manifesto abaixo. Sem espaço para todas as organizações se expressarem no palco, prevaleceu o caráter festivo e a politicagem. A única fala relevante foi de Elizabeth Teixeira, que fez um breve relato das dificuldades e perseguições sofridas após a morte de seu marido João Pedro Teixeira, assassinado pelos latifundiários da região. Elizabeth disse: “faz 50 anos que mataram o meu marido e a reforma agrária não aconteceu”. Diante do aumento da violência no campo, da cada vez maior prostração dos reformistas do PT ao agronegócio e da despolitização promovida pelos Sindicatos Rurais, temos de dizer que as transformações sociais no campo pelas quais deram a vida Margarida Alves, João Pedro Teixeira e tantos outros combatentes, não serão alcançadas sem a independência dos sindicatos em relação ao governo e o combate ao capitalismo, tanto no campo quanto na cidade. Para isso, é preciso superar as burocracias, que transformam os dias de luta em eventos festivos e demagógicos. Os camponeses e trabalhadores rurais devem romper com os governos e com os patrões. Retomar os métodos da ação direta para impor seus direitos. Avançar na aliança com os operários e lutar pela revolução agrária como parte da revolução socialista.

30 anos sem Margarida Maria Alves

Continuar sua luta contra as oligarquias, os latifundiários e a burguesia, em defesa das condições de vida dos trabalhadores do campo e da cidade!

Vítima de uma emboscada patrocinada por usineiros e latifundiários da região do Brejo paraibano, em 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves teve sua trajetória de lutas interrompida por um tiro calibre 12 em sua cabeça, tendo seu marido e filho por testemunhas. Hoje completa 30 anos da covarde execução. De lá para cá os ataques aos camponeses, às comunidades indígenas e ao proletariado rural só aumentou. Devemos resgatar a história de luta de Margarida Alves, não como um acontecimento passado a ser lamentado, mas como exemplo de luta a ser desenvolvida para que alcancemos a vitória sobre o latifúndio, suas oligarquias e o conjunto da burguesia, que nada produz, vivendo da exploração dos trabalhadores do campo e da cidade, que são os verdadeiros criadores das riquezas do país.

O nordeste em geral e a Paraíba em particular foi palco de grandes lutas em defesa dos trabalhadores explorados do meio rural. A refundação das Ligas Camponesas nos anos 1950 expressou o desenvolvimento da luta de classes no campo. Os camponeses paraibanos tiveram papel destacado no combate ao latifúndio. Como resposta ao ascenso da luta por meio das Ligas e temendo seu desenvolvimento, a igreja católica passa a organizar sindicatos rurais, controlados pelos padres e contra as ideias comunistas: visando a submeter o trabalhador à exploração capitalista, aceitando a sua vida de miséria sem se revoltar. Com o golpe militar, eliminação das Ligas e perseguição aos lutadores, os sindicatos rurais restringem-se ao papel meramente assistencialista – única atuação permitida pelos militares e latifundiários.

Nos anos 1970, com a limitada abertura para a atuação sindical, emerge Margarida Maria Alves como aguerrida militante em prol dos direitos dos trabalhadores rurais, passando 23 anos na luta sindical e, destes, doze à frente do Sindicato Rural de Alagoa Grande. Margarida Alves vai se bater contra os latifundiários da região do Brejo paraibano em defesa dos direitos trabalhistas, como carteira assinada, férias, décimo terceiro, licença maternidade. Como organizadora, teve papel destacado na criação de outros sindicatos na região da lavoura canavieira do estado. Mesmo sendo muito religiosa, critica a postura da igreja, que ficou do lado dos latifundiários e contra os camponeses durante o golpe militar. Com a retomada da luta de classes e o fim do período militar, o movimento camponês se reorganiza. Com o surgimento do PT – Partido dos Trabalhadores – desenvolve-se a crença na possibilidade de uma reforma agrária realizada pela via parlamentar, sem romper com a burguesia.

O PT e a igreja convenceram a maioria explorada que o caminho para a vitória seria a democratização do Estado por meio da luta contra as oligarquias e aliança com a burguesia “progressista”. Sob essa aliança prometeu realizar a reforma agrária. Após 10 anos, vemos que tanto os governos de Lula quanto de Dilma não mexeram na estrutura agrária do país, marcada pela miséria e violência contra os camponeses e as populações indígenas. Pelo contrário, o PT aliou-se com os setores mais reacionários da burguesia, como Collor, Sarney, Renan Calheiros, Maluf, e passou a reprimir duramente a luta de classes no campo em favor da burguesia agrária. No estado da Paraíba, aliou-se com os Ribeiros, família que teve destacado papel na repressão aos trabalhadores da região do Brejo realizada pelo grupo da Várzea, organização de latifundiários contra os trabalhadores. O assassinato do líder das Ligas Camponesas de Sapé, João Pedro Teixeira em 1962 e de Margarida Maria Alves em 1983 é de responsabilidade dessa família, que hoje, através de Agnaldo Ribeiro (ministro das cidades) faz parte da base aliada do governo Dilma. Seu avô, **Aguinaldo Velloso Borges**, nunca foi julgado pelos seus crimes. Nas últimas eleições, a executiva nacional do PT foi interveio em Campina Grande em favor da oligarquia dos Ribeiros. Em troca do apoio de Paulo Maluf a Haddad na disputa pela prefeitura de São Paulo, Lula se comprometeu, entre outras coisas, a apoiar Daniella Ribeiro (PP). Parte minoritária do PT de Campina Grande tentou ignorar o acordo, lançando Alexandre Almeida como candidato pela legenda, obteve 1,17% dos votos. Predominou o apoio dos petistas de Campina à representante dos latifundiários da região.

O Partido dos Trabalhadores não só aliou-se com as famílias reacionárias do campo, como também passa pelo processo de oligarquização. Isso é parte de sua trajetória de aburguesamento. O reformismo que apregoava a estratégia do governo democrático e popular desembocou na política oligárquica e pró-imperialista, assim que chegou ao poder do Estado. Esse fenômeno não se deu da noite para o dia. O PT foi se submetendo a essa diretriz conforme ganhava influência na máquina do Estado, vencendo eleições para prefeitos, governadores e aumentando sua atividade parlamentar. Conforme vai se transformando em partido da ordem burguesa, antigos políticos oligarcas passam a fazer parte de seus quadros. É isso que explica o seu sucesso nas últimas eleições no nordeste, que elegeu 187 prefeitos, 52 a mais em relação a 2008. Esse aumento não foi resultado do enfraquecimento das oligarquias, mas a submissão do PT aos oligarcas.

A violência no campo vem crescendo, demonstrando que a democracia burguesa não passa de ditadura do capitalismo contra os explorados que ousam lutar. Segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CTB), no ano passado os assassinatos de lutadores no campo cresceram 24% em relação a 2011. As tentativas de assassinatos dobraram e as prisões dos trabalhadores rurais também aumentaram. Com o apoio de todos os governos (federal, estadual e municipal), os latifundiários estão com as mãos livres para perseguir e reprimir, pois a justiça é burguesa e, portanto, contra os explorados. Indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais, além de sofrer com a mortalidade devido à miséria, também são alvo de outros ataques mortais, pois avança a concentração de terras e expulsão de camponeses em favor das madeiras, da monocultura (soja, milho e cana para exportação) e da pecuária, enquanto temos milhões de famílias pobres no campo. O governo Dilma se volta totalmente para o agronegócio, já declarando explicitamente que não assentará mais nenhuma família. Os 10 anos do reformismo petista, com o apoio do MST, é também o período que menos houve desapropriações, o que indica que a via de colaboração do movimento, substituindo as ocupações por acordos e negociações com

Rondônia

Exploradores atacam a vida dos ribeirinhos

Os moradores de localidades próximas às usinas de Santo Antônio e Jirau sofrem as consequências da criação das usinas. Têm feito protestos durante todos esses anos. Nessa semana, cerca 400 moradores de Jacy-paraná, próximo de Porto Velho, bloquearam a BR-364 contra o não cumprimento dos acordos de compensação na região, como melhorias de infraestrutura, escolas e postos de saúde. A população exige providências imediatas dos empresários das usinas, do governo do estado e do prefeito, responsáveis diretos pelos efeitos dos impactos ambientais sobre a população e, em particular, sobre os camponeses ribeirinhos.

MAB, Incra e Santo Antonio Energia agem contra os camponeses em Jacy-paraná

Os assentados do Projeto do Incra “Joana D’Arc, I, II e III” se encontram há mais de um mês em frente ao escritório da empresa, reivindicando indenização aos prejuízos e assentamento imediato em outra área. Cansaram de esperar as ações do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Estão desacreditados com os projetos do Incra junto a Santo Antônio Energia, que previa uma área cujo laudo já apontava inundações.

Os efeitos do impacto ambiental já são sentidos neste assentamento. A principal produção dos camponeses é a mandioca, mas os tubérculos se desmancham com a inundação. Mesmo nas localidades de menor inundação, os animais (porcos do mato e outros), na busca de alimentos, destroem as plantações. Parte destas famílias está na área do assentamento há mais de 20 anos. De lá tirava o seu sustento. Hoje, vivem na amargura. Assim expressou um camponês: *“Quando fomos para o assentamento Joana D’Arc, fomos com esperança de dar conta do sustento da família. Quando as Usinas chegaram, cortaram nossas esperanças, nossas perspectivas de vida”*.

Veja a que ponto se chegou. São aproximadamente quinhentas famílias de camponeses que residem no assentamento, sem escolas, sem serviços de saúde, estradas intransitáveis e sem possibilidades de plantio. Uma parte se viu na contingência de abandonar o assentamento, em função do solo encharcado e da proliferação de doenças. Outra parcela dos ribeirinhos continua resistindo e exigindo a indenização da empresa Santo Antônio Energia.

o governo se mostrou ineficaz, enfraquecendo o movimento e retrocedendo a luta pela terra. Depois da não cumprida reforma agrária, a promessa agora é investir nos assentamentos existentes. Enquanto ilude os camponeses, o governo de Dilma Rousseff aprofunda a aliança com os ruralistas. O MST e demais movimentos do campo devem romper com o governo, retomar as ocupações e demais métodos de ação direta para arrancar dos governos as reivindicações. A reforma agrária não pode ser realizada pela burguesia e seu Estado. A tarefa democrática de destruição do poder latifundiário, entrega das terras aos camponeses pobres e favorecimento dos pequenos e médios produtores coloca a necessidade de derrubada revolucionária da burguesia e ruptura com o imperialismo.

Margarida Maria Alves, presente! Pela constituição de Tribunais Populares para julgar os crimes da burguesia! Romper com o PT e os partidos burgueses e unir oprimidos do campo e da cidade em defesa da nacionalização das terras e expropriação dos latifúndios! Confiar em nossas próprias forças, nos métodos das ocupações, bloqueios e greves. Em defesa do governo operário-camponês, expressão da revolução e ditaduras proletárias.

zação da empresa Santo Antônio Energia.

Defender os camponeses ribeirinhos

O isolamento dos acampados que estão na frente da empresa favorece os capitalistas e governantes. É nossa tarefa quebrar o isolamento potenciando a luta pela terra e pelas reivindicações do movimento camponês. A unidade operária e camponesa é a aliança de classe necessária para enfrentar o poder do capital. Os ribeirinhos além de expulsos das terras e perderem a fonte de sustento são reprimidos e espezinhados pelos empresários e governo. O isolamento de sua luta dificulta impor suas condições perante a decisão do governo de construir a usina de Santo Antônio e Jirau.

O capitalismo continua sua marcha desconhecendo a natureza e o homem oprimido. Para barrar essa marcha, é necessário que a classe operária e os camponeses nacionalmente tomem em suas mãos a economia. Somente com a revolução será possível estabelecer um planejamento da economia que afete o mínimo possível à natureza e que sirva à vida coletiva.

Não faltam reformistas e ecologistas que reclamam dos excessos do capitalismo e que pleiteiam novas formas de geração de energia, que não destruam a natureza e que não prejudiquem o homem. Mas o capitalismo funciona de acordo com o lucro. A forma escolhida é a que dará maior retorno ao capital aplicado. Outra ordem de consideração é ilusória.

Esses mesmos reformistas “amantes da natureza” e do homem abstrato são inimigos de construir o partido revolucionário e têm horror quando defendemos a revolução proletária. Mas a força destrutiva do capitalismo passa por cima das soluções ilusórias do reformismo. É o que está acontecendo em Jirau e Santo Antônio.

É necessário, ainda que em difícil situação, defender em toda parte as reivindicações dos ribeirinhos, que exigem o cumprimento do acordo estabelecido com o governo e os capitalistas. Denunciamos entre os trabalhadores e a juventude os ataques desfechados contra os pobres do campo. Organizamos o apoio político e material à resistência. Que o governo e os empresários entreguem terras aos ribeirinhos, em condições de produção e que garantam materialmente sua existência.

A farsa da chamada pública da SEDUC para diretor de escolas!

A chamada pública, promovida pela SEDUC, tinha como objetivo preencher as carências para diretor nas escolas em que não se inscreveram candidatos durante o processo eleitoral ou não atingiram quórum nas eleições. O processo eleitoral e o mandato dos professores eleitos diretores, na verdade, é um esquema montado pela Secretaria de Educação para colocar os interventores.

Portanto, o que se observa nessas chamadas públicas não passa de um procedimento espúrio no qual a banca de entrevistadores coloca seus amigos e os apadrinhados da secretaria. Em outras palavras: um jogo de cartas marcadas.

A Corrente Proletária na Educação/POR rechaça as fases impostas pelo estado para seleção do núcleo gestor, que seleciona, na maioria das vezes, diretores submissos ou atrelados à SEDUC para aplicar as suas diretrizes privatizantes e destruidoras das escolas públicas. Nós defendemos que os gestores sejam eleitos pela comunidade escolar (pais, estudantes, professores e funcionários). E que esta comunidade tenha o controle da escola em suas mãos por meio da assembleia escolar. Defendemos o mandato revogável dos diretores e o fim de todas as gratificações para o núcleo gestor. Fora os interventores das escolas!

Chegada dos novos gestores na rede municipal: Prefeitura inimiga da democracia escolar.

Os novos “gestores” nomeados pela prefeitura já chegaram às escolas. A orientação dada aos novos “gestores” é de melhorar a qualidade do ensino (IDEB), o nível de aprendizagem dos alunos e outras demagogias de sempre. Para a prefeitura e seus ideólogos, a crise da educação é uma questão de administração. Bons gestores, escolhidos, a dedo, farão a diferença. Os ignorantes evitam imaginar que uma sociedade apodrecida e baseada na exploração do trabalho só pode produzir, para aos explorados, uma educação de adestramento para os filhos dos trabalhadores que mais tarde trabalharão para produzir os lucros dos capitalistas.

A SME diz que não tolerará qualquer discussão de cunho político nas escolas. Quer que estas recebam caladas as di-

retrizes do governo. Assim age a oligarquia Ferreira Gomes. A categoria lutou, em sua campanha salarial, por eleições diretas para diretores. A diretoria majoritária do Sindiute, que colabora com a gestão do PSB, não levou esta campanha à frente. A imposição dos “gestores” por parte da prefeitura enseja a discussão sobre a defesa da democracia escolar. A Corrente Proletária, oposição no Sindiute, defende que as escolas estejam sob controle de quem estuda e trabalha. Defende que a gestão seja composta de representantes eleitos em todos os segmentos (pais, alunos, professores e funcionários) e que esta seja controlada pela assembleia escolar (livre reunião da comunidade para decidir os rumos da escola). Qualquer outro programa sobre democracia escolar é pura demagogia.

São Paulo

Ato constituiu o Comitê Estadual contra a repressão

No dia 15 de agosto, houve em São Paulo um ato, que contou com centenas de manifestantes, finalizando em uma plenária estadual contra a repressão aos movimentos sociais, tendo como eixo central a luta contra a repressão, liberdade imediata aos presos políticos, fim dos processos contra estudantes e trabalhadores, fim do genocídio da população negra, dos trabalhadores do campo e indígenas. Foi organizado em unidade do Fórum dos processados da USP, Fórum dos Processados da Unifesp, a UNESP, pela Flaskô (fábrica ocupada por operários há 10 anos), pelo MPL, MTST. Apoiado pelo sindicato dos trabalhadores da USP (SINTUSP), pelo sindicato dos professores da PUC São Paulo (APROPUC-SP) e pelo sindicato dos professores da rede estadual (APEOESP). A plenária teve como principal resolução a aprovação de um Comitê Estadual contra a Repressão.

Esse Ato/Plenária foi um pequeno, mas importante passo na luta unitária contra a repressão aos movimentos sociais. Importante porque diante da tendência repressiva do Estado policial, que ataca generalizadamente os movimentos estudantis (com processos criminais),

sindicais (lei antigreve), no campo (assassinando camponeses que se chocam com os latifundiários), nos centros urbanos (no despejo de famílias que ocupam prédios abandonados, a mando dos especuladores imobiliários), a resposta deve ser de conjunto. O ato aconteceu apesar do boicote por parte da maioria das correntes, como o PSTU e o PSol, que centraram forças no ato do dia 14 (pelo Transporte Público). Os centristas chegaram a defender a plenária estadual contra a repressão, mas abriram mão de apoiar e convocá-la para fortalecer o ato com caráter eleitoreiro contra a corrupção do metrô que ocorreria no dia anterior.

A plenária deliberou pela constituição do **Comitê Estadual contra a Repressão**, a se reunir no próximo dia 12 de setembro, 19h, no Instituto de Artes da Unesp, e por um novo ato/plenária na semana seguinte, a ser organizado pelo Comitê.

Toda força ao Comitê Estadual contra a repressão!

Organizar a luta contra os processos!

Erguer as bandeiras da democracia política!

Enca: Encontro dos Centros Acadêmicos da USP

O Encontro dos Centros Acadêmicos da USP ocorreu nos dias 17 e 18 de agosto, tendo como pauta central as diretas para reitor. No primeiro dia, contou com cerca de 80 pessoas e, no segundo, com cerca de 60, um número extremamente reduzido quando comparado com os 48 centros acadêmicos existentes na universidade, e mais ainda, se compararmos com os 300 diretores da atual gestão do DCE/PSol/PSTU. Muitos CAs faltaram e o cronograma não foi cumprido, tendo atrasos de quase três horas para iniciar as atividades da manhã.

O encontro serviu para centralizar a linha política dos centros acadêmicos ao redor da bandeira de eleições diretas para reitor defendida pelo DCE, que, desde 2011, tenta impor artificialmente a “democratização da universidade” como eixo principal e até mesmo único a ser defendido pelo movimento estudantil. Posição que só alcançou projeção diante da proposta do atual reitor João Grandino Rodas que, há um mês, anunciou as eleições diretas para a escolha do próximo reitor, enquadrada na ponderação presente na LDB (70% do peso para professores, 15% para funcionários e 15% para estudantes), porém mantendo a escolha final do governador, segundo a lista tríplice. A proposta defendida pelo DCE, em essência, difere na rejeição da lista tríplice e na ponderação, sob o critério da paridade, resguardando a desigualdade no peso dos votos, em favor do setor minoritário, que são os professores.

Certamente, a estrutura de poder autoritária e antidemocrática da universidade será questionada pelo conjunto dos estudantes e dos trabalhadores, uma vez que os interesses da casta burocrática, que detém o controle, está em oposição às necessidades da maioria. Essa contradição tende a se aprofundar diante do rápido processo de privatização e sucateamento da universidade, tendo de um lado a burocracia diretamente ligada às empresas privadas que se beneficiam da educação pública, e, de outro, os estudantes e trabalhadores, que terão seu direito à educação ameaçado e as condições de trabalho e salário atacadas.

O questionamento do poder de minoria virá da relação concreta de choque entre os que estudam e trabalham e a casta burocrática. A falta de professores, salas superlotadas, moradia insuficiente, perseguição política e salários rebaixados são elementos sensíveis, capazes de erguer um movimento que se chocará com a direção da universidade, por ela não apresentar uma solução real aos problemas.

É o que vemos na faculdade de Direito, um curso tradicional e conservador que aprovou greve, quase que por unanimidade, cuja reivindicação de matrícula e reoferecimento de disciplina traz em si um problema geral da universidade, que é a falta de professores. Esse problema concreto, respondido segundo a política proletária para a educação, conduzirá ao enfrentamento com a burocracia universitária e com o governo, responsáveis pela precarização do ensino. No entanto, as direções têm contribuído para o isolamento e o conseqüente enfraquecimento da greve de direito.

Da parte do DCE, fica evidenciado todo artificialismo de seu questionamento da estrutura de poder na universidade, na medida em que negligencia a greve dos estudantes de direito, sendo esta uma situação concreta para se desenvolver um enfrentamento com a burocracia da faculdade, colocando em cheque seu poder de minoria que está em oposição às necessidades dos estudantes que são: pela contratação de todos os professores necessários, a fim de que todos possam ter suas matrículas efetivadas, sem que estejam em salas superlotadas e possam concluir o curso.

A bandeira de diretas paritárias do DCE é vazia para a luta. Não é capaz de dar expressão para o movimento real da universidade, porque não modifica em nada o poder de decisão, preserva o poder nas

mãos de uma parcela minoritária de professores titulares. As diretas, segundo a LDB, propostas pelo reitor, e as diretas paritárias do DCE são uma fraude. Contra a fraude, a Corrente Proletária defendeu a formação de um governo tripartite, eleito diretamente pelo voto universal, com mandato revogável e submetido à assembleia geral universitária.

Não partirá da burocracia universitária a iniciativa de anular com seu poder e controle sobre a universidade. O DCE/PSol/PSTU capitulou diante da proposta do reitor, demonstrando reiteradamente o quanto tem servindo de obstáculo para o movimento estudantil da USP.

A real democracia universitária será uma conquista do movimento dos que estudam e trabalham na universidade em unidade com a classe operária, por meio da ação direta, derrubando o poder da burocracia e instaurando um governo tripartite, submetido à assembleia geral universitária. O caráter antidemocrático da universidade é uma necessidade para impor os interesses econômicos da burguesia, que se vale da burocracia para transmitir à universidade a política, dirigidas por organismos internacionais, que destroem seu caráter público. O fim do autoritarismo da casta burocrática é parte da luta contra o vínculo entre a educação e o Estado burguês, é parte da luta pela real autonomia universitária.

Como deveria ser o ENCA?

A unidade dos centros acadêmicos pretendida pelo DCE/PSol/PSTU é necessária nesse momento de acirramento da luta de classe, mas fracassou. A bandeira de diretas para reitor é recebida com desconfiança pelos estudantes e sua vanguarda combativa, como ficou demonstrado no esvaziamento sistemático do ENCA, da assembleia geral e do ato pela democratização da universidade organizados e convocados pelo DCE.

O ENCA deveria discutir e deliberar a luta contra a repressão e a organização de uma mobilização geral ao redor da greve dos estudantes de direito. Essa pauta coloca a luta contra a criminalização dos movimentos sociais e o sucateamento da educação pública como parte da decomposição do capitalismo.

O Estado policial vem desfechando uma brutal ofensiva a todos os movimentos que se levantam em resistência a política que descarrega nas massas a crise estrutural do capitalismo. Do movimento da juventude, ainda há dezenas de presos e centenas de processados políticos, por ocuparem reitorias, fecharem avenidas, reivindicarem mais moradia. Na USP, recentemente, o Ministério Público recorreu da decisão do juiz que recusou a denúncia contra 72 estudantes e trabalhadores, ameaçados de prisão. No movimento de junho foram 600 detidos e parte deles continua presa. O fervor desse movimento permitiu a projeção do desaparecimento de um morador da rocinha, Amarildo de Souza, e o assassinato covarde de um funcionário terceirizado da Unifesp da Baixada Santista, Ricardo Ferreira Gama, promovido pela PM.

A precarização do ensino público também é parte dos ataques do Estado, defensor dos interesses da burguesia, que tem na mercantilização da educação uma forma de valorizar seu capital. Com o agravamento da crise capitalista, iniciada em 2007/2008 e que agora afeta com mais força os países de economia atrasada como o Brasil, tende a aprofundar a precarização e privatização das universidades.

O ENCA deveria servir para armar os estudantes para os próximos enfrentamentos com a burocracia e com o Estado, decorrentes da agudização das contradições que estão colocadas pela crise. É dever de toda organização estudantil defender o caráter público da universidade, assim como defender o direito a livre organização e manifestação, os métodos e as bandeiras de luta do movimento.

Ataque raivoso de PCO contra o POR

Por quê?

PCO publicou um artigo com o título “POR: cretinismo jurídico e cretinismo puro e simples”. Não contente de nos carimbar com o “cretinismo jurídico”, recarimba-nos com o “cretinismo puro e simples”.

E por quê? Porque não aceitamos e rechaçamos o acordo proposto pelo Ministério Público, a mando do juiz, de “transação penal” aos estudantes da Unifesp, que foram presos por ocupar as dependências do campus e denunciados por desobediência à ordem judicial.

PCO se valeu de seu advogado para convencer os indiciados de que devíamos aceitar os termos do Ministério Público e do juiz que esteve presente na audiência.

Qual foi o termo do acordo? Os 46 estudantes autuados pagariam uma quantia em dinheiro (R\$ 400,00) ou prestariam serviço à comunidade; em compensação, se interromperia o processo.

Em que o POR se baseou para defender na reunião dos processados a não aceitação do acordo? Foi na conclusão de que o pagamento em dinheiro ou em serviço seria uma punição (pena). Aceitar a pena é uma confissão de culpa, é admissão da condição de “infrator”. Assim, afirmamos e reafirmamos: as vítimas da repressão se transformam em réus.

Os estudantes presos e indiciados foram vítimas da repressão do Estado, do governo e da reitoria. A justiça os tornou vítimas ao abrir um processo. Inclusive sob a acusação de “formação de quadrilha”.

Que tipo de processo estamos enfrentando? Um processo político, que nada tem a ver com o criminal. Tornamo-nos réus a partir de uma ação política do Estado, que para isso usou a polícia para conter o movimento grevista, que reivindicava o campus de Guarulhos e que defendia o ensino público. Na justiça, os estudantes se transformaram em réus comuns.

O POR fez uma campanha contra a criminalização do movimento e contra a descaracterização de prisões e de processos como se não fossem políticos.

O acordo do Ministério Público, certamente em conivência com o juiz responsável pelo caso, apresentando uma via para os indiciados se livrarem do processo, desde que admitissem uma apenação sem processo (pagamento em dinheiro ou serviço) representava de fato uma atribuição de culpa, mantendo a descaracterização de seu conteúdo político.

São 46 estudantes que, atingidos pela repressão policial, passaram a compor com muitos outros casos a nova situação de lutas sociais no País. O enfrentamento à repressão é fundamental. O POR considerou que aceitar a manobra judicial do Ministério Público em individualizar os 46 processos e brechar seu andamento mediante a aceitação de cada uma das vítimas da repressão em pagar, pelo que a justiça julgou delito, com dinheiro ou serviços, seria se curvar diante da ofensiva repressiva.

PCO se colocou em posição contrária: usou seu advogado para convencer que a melhor defesa dos estudantes processa-

dos é evitar o julgamento e a possibilidade de perderem a condição de réus primários, aceitando as condições do Ministério Público e do juiz encarregado.

Notem os leitores de nosso Boletim da Corrente Proletária Estudantil e do jornal Massas que fizemos uma defesa política de nossa posição. Tivemos o cuidado de observar até onde PCO iria com seu advogado, que oferece préstimos de acordo com seu interesse partidário. Mas não nos surpreende a reação raivosa de PCO. Já tivemos experiências piores, quando seus militantes gritavam no megafone em frente à fábrica Sadia de que éramos agentes dos patrões e atacaram os nossos militantes com paus, simplesmente porque distribuíamos o Boletim do POR e exercíamos oposição. O fato de PCO babar adjetivação parece uma evolução, esperamos que não tenha uma recaída a atitudes anteriores que o aproximaram do gangsterismo típico da burocracia sindical.

A resposta à ofensiva repressiva é política

O artigo de PCO é vazio do fundamento político da repressão e da criminalização dos movimentos. A bandeira que erguemos é a de fim dos processos políticos. Os movimentos se confrontarão cada vez com mais dureza com o braço repressivo do Estado. O método da ação direta, das manifestações de massa, de bloqueios e ocupações tende a ser assumido mais amplamente pelos explorados e pela juventude oprimida.

Os agentes da burguesia, por seu lado, procuram cada vez mais descaracterizar a repressão política – uma de suas imputações à ação coletiva é a de formação de quadrilha. Os processos e sindicâncias contra a vanguarda que levam às ocupações da universidade abundam na justiça.

As correntes de esquerda são lenientes com essa ofensiva. Não travam uma luta à altura dos ataques da burguesia. Logo transformam a repressão em um problema judicial, esvaziando-o de seu conteúdo político. É o que assistimos nos processos de estudantes da USP.

Ao contrário, o POR tem atuado sistematicamente com a linha que subordina a ação jurídica à política. E atritado com as correntes que fazem o inverso.

Notamos que com o aumento de processos desta natureza os agentes da burguesia não têm como ocultar de que se trata de repressão política. Assim, se procura mostrar um lado brando da justiça burguesa: a que prende, indícia e depois encaminha para a tal da “transação penal”. Os explorados terão de enfrentar de conjunto essas formas de opressão.

A violência da burguesia contra os oprimidos, que inclui os processos judiciais, terá de ser combatida com a política revolucionária, que extrai sua força da luta de classes. Os estudantes da Unifesp sofreram essa violência. A polícia os atacou, violou a autonomia universitária, os prendeu e os entregou à justiça indiciados. E, para amenizar a sua violência, vem o Ministério Público, a mando do juiz, e diz: vocês podem se livrar da abertura de processo aceitando uma penalidade. Oferece-

mos para vocês duas possibilidades, ou pagam R\$ 400,00, ou prestam serviço à comunidade. Ou então vocês não aceitam, e responderão a um processo.

Vem o PCO e diz: gente, vamos aceitar as condições do Ministério Público, assim nos livraremos do processo e todos continuarão virgens, como se não tivessem passado pela justiça. Vem o POR e diz: não aceitamos pagar nada, nós somos as vítimas, não aceitamos a condição de réus. Continuaremos nossa luta pelo fim dos processos, nenhuma punição aos estudantes que lutaram por uma verdadeira universidade e pelo ensino público.

Os estudantes terão de responder a processos, caso não tenhamos força para impor a bandeira de fim dos processos? Terão! Enfrentar processos políticos é parte da luta de classes e do enfrentamento com o aparato repressivo da burguesia. A posição de se safar dos processos acatando uma imposição da justiça é capitulação, quando não uma covardia política.

Quem de fato aplica o cretinismo jurídico?

A palavra “cretinismo” tem um conteúdo muito bem demarcado em política. Significa visão e prática oportunistas. O conceito serviu para caracterizar a política dos reformistas que se adaptavam ao parlamento. Não admitiam outra ação senão a parlamentar. O parlamento, assim, era o órgão todo poderoso por onde passariam as transformações. Lênin, retomando Marx e Engels, denominou essa política de “cretinismo parlamentar”.

PCO resolveu nos taxar com o cretinismo jurídico. É possível encontrar qualquer semelhança com o conceito marxista? Não! Expusemos acima nossa posição contrária a pagar para não ser processado. O que tem a ver com cretinismo jurídico? Nada. Seríamos cretinos se tomássemos a Justiça como tomaram os oportunistas em relação ao parlamento.

Nota-se que nosso adversário comporta-se como um detraitor e não como um marxista. Não maneja a crítica como arma de delimitação de classe da política e das atitudes. Mas vamos ver o que os sábios de PCO querem dizer por “cretinismo jurídico”.

Diz PCO que é aceitável em certa medida que os estudantes e trabalhadores se confundam sobre questões tão elementares como, por exemplo, o que é uma transação penal. Mas o POR, não. Ocorre que ninguém se confundiu. Continua o ataque com a acusação de que não sabemos “o que é ser réu” e o que é “um processo criminal”. Agora, já não somos cretinos jurídicos, mas cretinos puros e simples. Por sermos esse gigante do cretinismo, dizemos que aceitar a transação penal é aceitar uma “confissão de culpa”.

Vejamos agora o que seria a sabedoria jurídica. Eis a definição de PCO: “Ela é um benefício que pode ser usado por quem é réu primário. O acordo é realizado entre o cidadão e o promotor do caso antes que o MP apresente a denúncia à Justiça. O cidadão opta por prestar serviço voluntário ou doar dinheiro a uma instituição de caridade para que não haja processo.” (Um militante de PCO minimamente formado deveria ter vergonha do que está dito nesta frase e pedir a expulsão daqueles que com ela concordem). Mas terminemos o pensamento do redator: “Neste sentido, afirmar de que se trata de ‘uma confissão de culpa’ é falso, uma vez que o acordo não é sobre a culpa ou pena, mas sobre o julgamento. Quem

aceita a transação penal não é julgado. Basta olhar os documentos assinados por aqueles que aceitaram a transação penal e notar que não há nenhuma confissão neles.”

Tudo indica que o “cretinismo” – sem adjetivo – é dos nossos acusadores. É uma formulação de um advogado e não de um partido que se autodenomina de revolucionário. Vejamos se temos ou não razão.

Diz o PCO que se trata de um “benefício”, que o “réu primário” usa a seu favor. Como se vê, todos os estudantes se encontravam na condição de “réu primário”. Aqui começa o problema. Rechaçamos a condição de réus dos indiciados por motivos políticos. Daí se extrai a bandeira de **fim dos processos, não somos réus, somos vítimas da repressão**. Para o PCO, os estudantes criminalizados são réus primários que devem se valer da transação penal. Aceita, portanto, a determinação da justiça. Assim, os réus primários optaram por se livrar da denúncia do Ministério Público e escolheram pagar pelo “benefício” (o PCO assimilou o termo jurídico, em que uma “pena” pode ser um “benefício”). Pagando com dinheiro ou serviço voluntário (gratuito), os réus primários ficaram livres do processo. Assim, PCO afirma que a transação penal é “equivalente ao arquivamento do processo”. PCO oculta que numa transação penal não deixa de haver um “infrator”, que cometeu um “crime” e que pagará uma “pena”.

O que fez o advogado do PCO? Arregaçou as mangas para se mostrar útil à causa dos indiciados, colocou abaixo da transação penal a luta política contra a repressão, que somente pode ser coletiva. O redator é obrigado a dizer: “Ora, de que os estudantes sejam vítimas não há dúvida”. Se PCO refletisse um pouquinho sobre essa frase, teria de rechaçar assinar um acordo que impõe punições. Os estudantes são vítimas de quê? Da repressão, concordaria PCO. Ao serem indiciados pela justiça, de vítimas passaram a réus. Ao terem de assinar um acordo que prevê uma penalidade, a vítima está de fato na condição de réu. O “cretinismo jurídico” dirá que não é réu porque não houve julgamento. Mas por que os indiciados tiveram de doar dinheiro ou trabalho para as casas de caridades, etc.? Porque foram responsabilizados pela justiça de terem ocupado o campus da Unifesp e assim descumprido a ordem judicial.

Com o juridiquês, PCO nos explica que se não há processo, não há réu. Mas por que então os estudantes tiveram de cumprir uma penalidade auto-imposta? Vejam bem, ao aceitarem pagar para evitar o julgamento e a se tornar réus em um processo, as vítimas da repressão foram forçadas escolherem uma das duas penas. Somente na condição de réus de fato, os estudantes se sujeitaram à espada de Dâmoques colocada sobre suas cabeças pelo Ministério Público e pelo juiz encarregado do caso.

A tentativa de PCO de descaracterizar a situação de réu das vítimas da repressão política acoberta o caráter de penalidade ao pagamento em dinheiro ou trabalho. Trata-se, no caso, de uma multa, que terá de ser cumprida por aqueles que se enquadraram no crime de ação pública. Uma vez que o infrator (no caso os estudantes) aceite a penalidade, caberá ao juiz aplicá-la. Somente um advogado da ordem burguesa se colocaria a discutir com a formalidade jurídica da condição de réu. Se há acusação, há réu. São totalmente falsas as premissas do PCO de que “Se não há processo, não

há réu nem pena” ou ainda *“Uma vez que o mérito do processo não é julgado pelo juiz, os estudantes envolvidos no caso não são, de forma alguma, considerados culpados. Para se chegar à culpa ou não o processo deveria ter ido até o fim”*. O processo não vai a julgamento de mérito na transação penal somente porque o “infrator” (“réu primário”, como afirma o PCO) aceita de antemão a “pena” e portanto se submete a pagar pelo “crime”. Desde o momento em que os estudantes foram presos e indiciados politicamente, são sim réus da justiça burguesa. E esta não abriu mão dessa condição ao impingir uma penalidade, que somente na aparência é auto-aplicada.

Os estudantes que não assinaram o acordo não aceitaram politicamente a condição de réus. Se tivessem assinado estariam arcando com uma acusação de responsabilidade que a polícia indicou e a justiça acatou, portanto estariam na condição concreta de réus que pagam para não se tornarem réus na forma jurídica em um julgamento. Os estudantes que aceitaram a oferta do Ministério Público e juiz deixaram de arcar com a luta política contra a repressão e a criminalização. Os que não aceitaram se tornaram réus em um processo arbitrário, arcando com a luta política. Para o PCO, aqueles que aceitaram o acordo se valeram de um benefício da transação penal. Ou seja, aceitaram uma pena leve sem processo e julgamento algum, obtendo em troca uma ficha limpa. E aqueles que resistiram vão responder a um processo, poderão arcar com uma penalidade mais pesada e perderão a condição de réus primários. É com esses valores que PCO pensa lutar contra a repressão e a criminalização dos movimentos.

É do interesse do Estado e da justiça, na atual situação, arregar a polícia sobre os movimentos, prender aos montes e depois aparecer com soluções como as da transação penal. Essa é uma válvula política da justiça. PCO com sua presteza jurídica para aqueles que aceitaram suas asas protetoras (usa a vantagem de ter um advogado) os levou individualmente à idéia de que cada um estava livrando a sua pele. A justiça lhe deu uma porta para o advogado de PCO agir como um advogado qualquer, oferecendo-lhe o “benefício” da transação penal.

Quem dividiu o movimento?

Diz o artigo de PCO que não se sabe o “*número exato de quantos estudantes aceitaram a transação penal*”, uma vez que “*houve audiência em mais de um local e em cidades diferentes*”. E conclui: “*No entanto, todos que conhecem o movimento estudantil da Unifesp de Guarulhos sabem que a aceitação transação penal tem sido usada para jogar uma parte do movimento contra outra*”.

Eis uma miserável acusação contra o POR e contra estudantes que defenderam na reunião dos processados do dia 30 de julho a não assinatura do acordo de transação penal. A maioria dos presentes estava por não assinar (isto o PCO não diz, ao contrário, fala da questão como se tivesse ocorrido o oposto). Tratou-se de uma divisão política e não jurídica.

Na audiência realizada no Fórum de Guarulhos, 16 aceitaram pagar pena para não serem denunciados pelo Ministério Público e 20 se negaram às pressões. Houve uma clara resistência política de 20 dos 46 indiciados. Esses 20 estavam conscientes de que terão de enfrentar o processo. Os 10 que provavelmente assinaram em outra comarca ficaram soltos, individualizados.

A diferença de posição se refletiu na audiência de 2 de agosto em Guarulhos. Ninguém jogou uma parte contra outra. Ocorre que a aceitação e o rechaço do acordo do Ministério Público e juiz impuseram uma divisão política no movimento. Teria de haver explicação tanto para aceitar como para negar. E essa explicação é política e não jurídica.

PCO procurou sair pela porta do fundo com sua tese advocatícia da vantagem dos indiciados se livrarem do processo, pagando para isso módica soma ou serviço voluntário. Decidiu isto por conta própria. Quem concretizou a divisão antes de qualquer decisão coletiva foi o PCO, que poderia ter defendido que o conjunto dos processados aceitasse a pena da transação proposta. O POR postou-se na porta da frente mostrando que a aceitação desarmaria a luta contra a repressão e exprimiria a aceitação de uma penalidade que faz das vítimas, réus. O Boletim da Corrente Proletária Estudantil, que atingiu o fígado dos oportunistas, expôs mais amplamente a crítica à posição de PCO.

Assim, emergiu na luta contra os processos e contra a criminalização do movimento uma diferença de posição entre POR e PCO. Nenhuma das duas organizações planejou jogar uma parte dos estudantes contra a outra. Mas, com a divisão política, uma parte dos estudantes aceitou a via proposta por PCO e outra a rechaçou, incluindo o POR. Como não se tratava de uma divisão jurídica, PCO expôs finalmente sua linha de fuga pela porta do fundo, liderando uma das partes a aceitar as condições do Ministério Público.

Ocorre que esse partido passou a desenvolver uma linha política a partir da ação de seu advogado. Passou a se valer de um escasso instrumento de defesa jurídica do movimento. Passou a desenvolver, dessa forma, a linha da utilização da transação penal, apoiando-se na avaliação de que é um meio favorável ao réu primário. Ao acobertar essa posição, oferecendo préstimos advocatícios, PCO se chocou abertamente na reunião dos processados, que antecedia a audiência com o Ministério Público, com a maioria que considerava que a dura luta dos estudantes não poderia concluir aceitando doar R\$ 400,00 para instituições de caridade. Tanta luta, tanta resistência à burocracia autoritária da Unifesp, tanto destemor à violência policial, para no final terminar assinando um acordo que imputa uma pena às vítimas da repressão! Os lutadores que ocuparam bravamente a universidade poderiam acabar prestando serviço a uma casa de assistencialismo burguês! Esse foi e é o conteúdo burguês da divisão.

Responsabilidade política de PCO

Seria compreensível, mas não aceitável, que uma parcela dos indiciados decidisse aceitar as condições apresentadas pelo Ministério Público. Em que sentido seria compreensível? No sentido de que estariam expressando a despolitização e a incompreensão de sua participação na ocupação do campus. As pressões judiciais – depois das policiais – enfim surtiram efeito sobre sua conduta política individual.

A fraqueza do movimento em fazer uma ampla campanha acentua, nos mais débeis politicamente, a descrença na luta. Por outro lado, ressalta a fraqueza da direção política da greve e da ocupação. Neste ponto, o POR é o maior responsável. Não

por sua linha política, que se mostrou correta e sólida, basta constatar em nossos boletins e folhetos publicados, mas pelas debilidades organizativas. Essa avaliação que agora fazemos já havia sido motivo de autocritica pública por escrito no seio do movimento. A conduta de partidos, como PSTU, PSOL e PCB, que isolaram a ocupação e tiraram o corpo fora, também pesa nos resultados finais do combate à violação da autonomia universitária e à criminalização do movimento estudantil. Por tudo isso, é compreensível que uma parcela fraqueje diante da iminência de um processo e aceite a porta de fuga.

Por que, então, inaceitável? Porque politicamente expressa capitulação. A questão sai do plano judicial de garantir individualmente a condição de réu primário e se coloca no plano do combate à repressão e do fortalecimento da política proletária entre a juventude. Trata-se da defesa da unidade na luta contra a repressão e contra a diretriz burguesa de transformar os seus réus políticos em réus comuns. Atinge o futuro de nosso combate pelo avanço do movimento em meio aos ataques do Estado e da burguesia. E porque não podemos aceitar que aqueles que capitulam sejam exemplo de saída de um movimento tão significativo de defesa do ensino público.

Agora, a conduta miserável de PCO não é compreensível, nem aceitável. Não é compreensível porque esteve na luta, juntamente com o POR, quando PSTU, PSOL e PCB, romperam com a ocupação e viraram as costas para os estudantes golpeados pela repressão, sob sujo argumento de que se tratava de aventureiros. Falsearam a verdade dos fatos porque não conseguiram impor sua condução política ao movimento, que resultaria na suspensão da greve e na não ocupação do campus. O POR e PCO foram firmes em defender a ocupação. Deste ponto de vista, é incompreensível que essa organização termine como agente da capitulação. Não é preciso dizer por que inaceitável.

No entanto, torna-se compreensível sua conduta se temos em conta que se trata de um partido sem programa. É uma corrente caracterizada pelo esquerdismo pequeno-burguês radical. Mas independente de nossa caracterização de PCO, o certo é que usou de sua advocacia para incentivar a ala mais propensa a aceitar as condições do Ministério Público. Tornou-se responsável pela capitulação e pelo enfraquecimento da luta contra a repressão.

A coerência do POR

Desde o início, defendemos e trabalhamos por manter em pé o comitê de luta dos indiciados. A defesa das reivindicações carrega intrinsecamente os métodos de luta e de defesa contra os ataques dos adversários. Não se defende com a ação coletiva as necessidades dos explorados e oprimidos sem se confrontar com a repressão do Estado. As massas e a sua vanguarda foram, são e serão golpeadas pela violência policial, pelas prisões, processos judiciais e mortes. Essa é uma condição da luta de classes.

Mas não se trata de uma inevitabilidade

de passiva. As massas coesas têm força capaz de contragolpear, impor recuos e avançar contra a repressão da burguesia. É o que assistimos na jornada de manifestação de junho. É com essa posição que trabalhamos diante dos ataques contra o movimento estudantil.

No caso da Unifesp, desde as primeiras horas defendemos a organização de um movimento de resistência. O que não excluía a ação jurídica. Mas esta deveria estar subordinada à política. **Propusemos uma campanha para formar uma defesa jurídica coletiva.** A individualização quebraria a luta política. Todos os estudantes deveriam estar sob uma mesma defesa. Assinalemos que o POR tem militantes indiciados. Colocamos suas defesas no âmbito da luta coletiva. Somente com a disposição de advogados em ajustar sua ação jurídica à linha política dos estudantes e o autofinanciamento obtido com uma campanha financeira se poderia dar continuidade à luta.

As fraquezas do movimento expostas assim que terminou a greve (inclui a fraqueza de sua direção) passaram a ser um obstáculo para enfrentar a repressão judicial. Recordemos que a assembleia que suspendeu a greve esteve sob a influência de seus sabotadores (PSTU e PSOL), que se aproveitaram da desorganização da vanguarda e da situação de um retorno passivo às aulas. Prevalecendo a linha dos sabotadores, a assembleia não discutiu a continuidade do movimento e a necessidade de manter a luta em outro patamar contra os indiciamentos. Dissolvida a ocupação e prevalecida a dispersão, o campo ficou aberto para o oportunismo jurídico.

PCO passou a atuar com seu advogado em meio à ausência de uma ação coletiva (política e judicial). Com seu particularismo partidário, dirigiu a ação jurídica à aceitação da transação penal – uma forma de arregimentação. Possivelmente, não esperava que 20 dos 46 indiciados não seguissem suas manobras jurídicas. Os militantes do POR indiciados continuaram a depender das decisões coletivas.

Nossas fraquezas organizativas, porém, dificultaram materializar essa linha em oposição à linha da fragmentação e da individuação jurídica que acabou levando a esse final negativo para a continuidade da luta. Temos a certeza, porém, de que a resistência da parcela que decidiu enfrentar o processo é um exemplo revolucionário de firmeza. O problema está em superar a fraqueza organizativa e elevar ao alto a campanha de combate à repressão sob a bandeira **Fim dos processos políticos contra os estudantes da Unifesp, da Unesp, USP, etc.**

Em defesa do direito de manifestação e de ocupação estudantil da universidade.

Derrotemos a ofensiva do Estado repressivo unindo em só movimento todos os casos de prisão, indiciamento e processos dos lutadores.

Viva a luta revolucionária a juventude e de todos os oprimidos!

Abaixo os ataques da burguesia ao movimento operário, camponês, estudantil e popular!

Adquira com o distribuidor deste jornal

As massas nas ruas mostram toda sua força e a necessidade da direção revolucionária

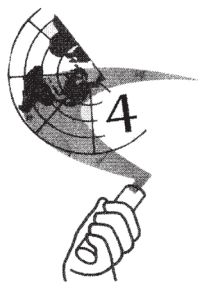


Partido Operário Revolucionário  **MASSAS**

Nesta edição:

- Egito: O genocídio contra os islamitas consolida a contrarrevolução burguesa e aprofunda a opressão nacional
- LIT-QI e PSTU – posição antimarxista diante da crise egípcia
- Quem utilizou a arma química? Quem é o principal responsável pela mortandade na Síria?
- 73 anos do assassinato de León Davidovich Bronstein, Trotsky

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Egito: O genocídio contra os islamitas consolida a contrarrevolução burguesa e aprofunda a opressão nacional

Em janeiro de 2011, as massas enfrentaram a violência contrarrevolucionária da ditadura. Mas abortaram seu impulso revolucionário ao ceder diante do golpe que afastou Mubarak. O imperialismo e as Forças Armadas egípcias conseguiram, assim, conter a crise revolucionária e desviar as massas para o terreno democrático-burguês tutelado pelos militares. Em 2013, o êxito dessa manobra adquiriu sua fisionomia final com a restituição da ditadura militar. O massacre sobre a enorme parcela popular sob a direção da Irmandade Muçulmana demonstra a impossibilidade de realizar a revolução democrática sob o domínio burguês.

As contradições econômicas e sociais acumuladas impedem que se estabeleçam as liberdades democráticas, o parlamentarismo, a livre organização partidária, o direito de manifestação e o fim da ditadura. De fato, a ditadura de Mubarak continua vigente. Somente mudaram algumas figuras por meio de operações cirúrgicas que serviram para a preservação do regime. O que implica a centralização autoritária e burocrático-militar da raquítica burguesia egípcia para frear temporariamente suas lutas faccionais e tentar bloquear a sangria que causa a crise revolucionária.

São mais de 1000 mortos e milhares continuam sendo presos. Em novo ataque da ditadura, foi preso Mohammed Badie, dirigente máximo da Irmandade Muçulmana. A ditadura sanguinária o acusa de “incitação à violência” e de ser responsável por 8 assassinatos. Voltou, assim, a ser preso político como o foi sob a ditadura de Mubarak. Trata-se de mais um passo no caminho para tornar ilegal a organização islamita, negar sua participação eleitoral e mantê-la sob a violência policial. Para o governo títere do imperialismo, trata-se de combater “o terrorismo”. O que na realidade habilita à ditadura retomar o estado de sítio contra os oprimidos de conjunto, principalmente contra a classe operária que volta lentamente às greves por salários, por emprego e contra a carestia.

A ditadura se mostra mais descarada e confiante anunciando por meio da Justiça a libertação de Hosni Mubarak. Despreza completamente a sua responsabilidade pelo massacre de 800 manifestantes, em janeiro de 2011. E manipula abertamente com o processo judicial em torno da corrupção que, como tal, lhe dará liberdade.

A sentença da Justiça se torna pública pouco tempo depois do exército derrubar Morsi. A escandalosa e acintosa libertação do ditador Mubarak contraria até mesmo os liberais que conspiraram com os militares o golpe contra Morsi. Um setor do imperialismo teme

que esse fato amplie a crise, fortalecendo a resistência dos islâmicos radicalizados. Não falta alerta de partidários do golpe quanto ao perigo dos massacres. Procura-se intimidar a população de que a jihad fundamentalista de Al-Qaeda pode ganhar terreno no Egito.

A atual proposta de “saída negociada” para a crise não é outra coisa senão a estabilização da ditadura, por meio de ajustes democráticos. Ocorre que a ditadura se sentiu poderosa diante da divisão do País, do apoio dos liberais ao golpe e da carnificina desfechada contra a Irmandade Muçulmana. Os Estados Unidos não somente apoiaram o golpe como passaram a considerar a via do massacre uma condição necessária para quebrar a Irmandade e barrar o seu fortalecimento no seio do Estado. Está aí por que a ditadura não pode permitir que os islâmicos continuem a se valer das eleições para cumprir objetivos que fogem ao controle do imperialismo e, particularmente, do Estado sionista de Israel.

Eis por que os Estados Unidos cortarão 250 milhões de “ajuda civil” ao país; mas mantém intocáveis os 1,3 bilhão de dólares de “ajuda militar” às Forças Armadas que bons serviços lhes prestam, seja para manter seus interesses na região como para lucrar com a venda de armas e equipamentos. Desta vez, não têm sido possível a Obama fazer a propaganda dos direitos humanos e da democracia, uma vez que o Egito sangra sob uma ditadura feroz e pró-imperialista.

Não somente os Estados Unidos se propõem a continuar lucrando e preservando seus interesses sobre os corpos sem vida de milhares de oprimidos brutalmente assassinados no Egito. Israel exige que Obama continue com a ajuda militar, já que a “estabilidade” oferecida pelo exército é mais importante que “qualquer preocupação pela ordem ou pelos direitos humanos”. França, Alemanha e Inglaterra se opõem a aplicar sanções à ditadura. Têm 2 bilhões de euros investidos no Egito a serem preservados. A carnificina dos generais não é motivo para colocar em risco o saque de riquezas do país e da região, apegando-se a considerações democráticas e humanitárias. Os Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Kuwait lançaram-se em apoio ao golpe e ao esmagamento da Irmandade. Intervêm na crise com um aporte de 12 bilhões de dólares aos generais carrascos. Não pode haver nenhuma sombra de dúvida de que o golpe sanguinário ocorreu no a orientação do imperialismo e sob o auspício da feudal-burguesia árabe. Aqueles que não combateram o golpe e que não se colocaram do lado da Irmandade Muçulmana contra os massacres, por mais que babem esquerdismo, não passam de auxiliares da reação.

O Egito está enfrentando um convulsivo período de crise, guerras, revoluções e contrarrevoluções. Trata-se de uma projeção particular da crise mundial do capitalismo. O Oriente Médio e no Norte da África compõem um quadro mais geral de choque das massas profundamente oprimidas contra os regimes constituídos pela feudal-burguesia e contra a opressão nacional exercida pelas potências. Não se pode desvincular os acontecimentos do Egito à guerra de intervenção imperialista no Iraque, Líbia e Afeganistão e a guerra civil na Síria. A multiplicidade de confrontos sangrentos mostra que há um processo de desintegração econômica e social na região. As massas em luta não se deram conta de que precisam voltar suas energias contra o domínio imperialista. Somente assim identificarão os seus inimigos internos,

LIT-QI e PSTU – posição antimarxista diante da crise egípcia

A Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), corrente a que pertence o PSTU, publicou uma segunda declaração sobre os acontecimentos do Egito. No jornal Massas anterior, rechaçamos a primeira declaração, por considerá-la uma capitulação diante do golpe de 3 de julho.

Estava claro que a derrubada do governo Morsi respondia aos interesses do imperialismo e da casta militar que controla do Estado. A LIT e PSTU na declaração “Nenhuma confiança no governo fantoche dos militares e do imperialismo” não somente não levantaram a bandeira de **abaixo o golpe** como a consideraram um erro, uma vez que pressupunha o retorno da Irmandade Muçulmana ao governo. Mesmo sabendo que se tratava de um golpe promovido pelo imperialismo, como diz o título de sua declaração, os morenistas se negaram a caracterizar o golpe como reacionário.

Também mostramos a capitulação da LIT e PSTU diante do golpe ao não caracterizar as primeiras matanças de massacre aos partidários da Irmandade, que ganharam as ruas em defesa da volta de Morsi ao governo. Mostramos que a explicação de que a derrubada do governo foi obra das massas e que os militares não fizeram senão usurpá-la não passa de um esquemático raciocínio verbal, ajustado à revisão morenista da revolução democrática nos países semicoloniais, fundamentada por Lênin e por Trotsky. Confirmou-se plenamente que a camarilha militar se valeu da divisão do País, das manifestações oposicionistas e da colaboração dos liberais para derrubar o governo eleito. O massacre que se ampliou diante da persistência da Irmandade em manter seu massivo movimento de rua, por sua vez, reafirmou se tratar de um golpe contrarrevolucionário e de uma ditadura genocida.

Mesmo assim, a LIT e PSTU não revisaram seu brutal erro. Ao contrário, ao tentar justificá-lo como sendo um acerto, se afundaram ainda mais em sua posição antidemocrática.

Os morenistas substituem a crua luta de classes, os confrontos de forças burguesas e pequeno-burguesas, o intervencionismo imperialista, a capacidade do islamismo em dirigir considerável parcela da população, o peso do militarismo no Egito semicolonial, etc. por historietas mal contadas. Agora, para justificar sua posição favorável à repressão dos golpistas à Irmandade, claramente exposta na primeira declaração, tiraram do fundo do baú que o afastamento de Mubarak pelos generais foi uma vitória das massas que também atingiu a Irmandade, “que no momento de estourar as mobilizações de massa tinha um acordo com o próprio Mubarak para que seu filho, Gamal, o sucedesse no poder e assim manter a continuidade do regime, perante o qual a Irmandade seria a oposição tolerada”. É de todos conhecido esse episódio, mas também é mais do que conhecido que os islâmicos se somaram ao movimento da Praça Tahir e a partir daí compuseram com outras forças a luta pelo fim do governo de Mubarak. Muitos

cuja coluna vertebral é a feudal-burguesia. Objetivamente, o combate dos explorados contra as ditaduras atinge a dominação imperialista. Está aí por que os Estados Unidos e seu aliados se movimentam no sentido de esmagar os levantes, ao mesmo tempo que vomitam democracia e direitos humanos. O que se passa no Egito não é diferente do que se passou e se passa na Líbia, Iraque, Afeganistão – os explorados não contam com um partido revolucionário. Sob as direções burguesas e pequeno-burguesas, escorados ou não na religião, a luta das massas famintas não têm como se converter em uma revolução de libertação nacional, de solução das tarefas democráticas e de implantação do socialismo. É fundamental nesse combate trabalhar fundo pela constituição do partido marxista-leninista-trotskista.

partidários da Irmandade tombaram lutando contra Mubarak. Não se pode obscurecer o fato fundamental de que a Irmandade é tão responsável pelo afastamento de Mubarak quanto os liberais e democratizantes.

É típico dos morenistas ajustarem os fatos à ordem do seu raciocínio político. Na primeira declaração, omitiram a responsabilidade dos liberais, que dirigiram as manifestações contra Morsi, na promoção do golpe. Nesta segunda, mantêm a omissão. No entanto, é fundamental entender que os liberais foram esmagados nas eleições parlamentares e que o candidato que de fato enfrentou Morsi não foi o dos liberais, mas sim o dos militares. A Irmandade derrotou tanto o candidato dos liberais quanto ao dos generais (Ahmed Shafiq), em uma situação de divisão do País.

O caudaloso movimento de janeiro de 2011 se esgotou diante da decisão do imperialismo e das Forças Armadas em demitir Mubarak. Refluiu com a promessa de instalação da democracia burguesa e formação de um governo constitucional, eleito pelo voto universal. E se dividiu em torno dos partidos eleitorais, entre eles Partido Liberdade e Justiça, da Irmandade. Ocorre que a “democracia” alcançada não passou de disfarce do regime militar que continuou vigente. O candidato do imperialismo tanto poderia ser dos liberais quanto dos generais. Menos o da Irmandade. Nada disso tem importância nas historietas dos morenistas, para quem o movimento das massas vale por si mesmo, independente de sua direção.

A sua narrativa pretende nos convencer que as massas foram enganadas e não viram o engano. Os generais esconderam em 2011 seu “verdadeiro rosto contrarrevolucionário” não reprimindo as massas e a Irmandade fez algo parecido (“similar”) bandeando-se para o movimento. Já com a vitória nas presidenciais, a Irmandade, prestigiada, assumiu o governo “com a anuência e depois de pactuar com as FFAA a preservação do regime militar”. Com a historietas, os redatores da LIT não precisam demonstrar a crise política que se instalou assim que os islâmicos ganharam a esmagadora maioria nas eleições parlamentares. Em posição ultraminoritária, os liberais e a esquerda democratizante recorreram à Corte Suprema para dissolver a Constituinte montada pelos islâmicos (Irmandade e Al-Nour). Estava vivíssima a velha instituição consolidada por décadas de ditadura.

Os liberais e democratizantes não recorreram às ruas exigindo uma Constituinte Soberana e Democrática. Mas foram atrás dos militares e dos juizes, contando com o apoio dos Estados Unidos, para barrar a obscurantista sharia.

As massas foram divididas entre os promotores de uma “democracia” pró-imperialista e uma “democracia” teocrática. Mohamed Morsi assumiu a presidência nesse quadro de crise. As Forças Armadas, os liberais, os democratizantes e o imperialismo não admitiram que a

Irmandade Mulçumana, que no passado promoveu a jihad, ocupasse o poder do Estado pela via eleitoral e o dirigisse segundo seus preceitos político-religiosos. A democracia eleitoral seria útil para deixar para trás gradualmente a longa ditadura dos militares e para fazer adaptações “modernizantes” à máquina do Estado desde que sob a condução dos liberais e das forças francamente pró-imperialistas. Como a Irmandade emergiu como a principal força, a crise do regime se agravou. O imperialismo não pode admitir um governo que tenha algum traço nacionalista e que faça parte do bloco xiita liderado pelo Irã. Esse complexo confronto de forças que não se limita ao Egito é substituído por historietas nas declarações da LIT.

A impostura dos morenistas se manifestou já na crise de 2011. O afastamento de Mubark foi saudado como grande vitória das massas. O PSTU negou que tenha sido resultado de um golpe (agora, na declaração, se refere ao primeiro golpe, para igualá-lo ao segundo). Uma revolução democrática triunfou no Egito. Sobre a base dessa ficção, os erros e aberrações da LIT foram se avolumando.

Na segunda declaração, quando avultou o número de mortes e a ditadura recrudesciu, para manter sua linha favorável à repressão contra a Irmandade, claramente expressa na primeira declaração, os morenistas puseram um sinal de igualdade entre os generais e os islâmicos. Eis: “nem o Exército, nem a Irmandade merecem a mínima confiança e apoio. Ambos são duas caras da mesma estratégia: derrotar a revolução. Ambos são setores contrarrevolucionários, que orientam suas forças contra o movimento de massas e sustentam um regime militar que impera desde 1952.”

As historietas da revolução democrática e o fetiche das massas cultuado pelos pretensos trotskistas (na verdade, mancham o trotskismo) conduzem a esse tipo de identificação absurda. Os militares são contrarrevolucionários que massacram contrarrevolucionários, logo deixemos que a Irmandade seja sufocada em sangue. Os morenistas substituem o choque concreto em torno do poder do Estado pela caracterização histórica e desconhecem o real desenvolvimento da luta interburguesa e da luta de classes. Sem dúvida, tanto os militares quanto a Irmandade são forças da contrarrevolução, mas na crise não são iguais politicamente e não ocupam um lugar comum.

Concretamente, as Forças Armadas, como criatura da burguesia e braço do imperialismo no Egito, protagoniza a contrarrevolução e não a Irmandade que foi derrubada do poder por um golpe e suporta a carnificina. O problema está em derrotar o golpe e não a Irmandade que se encontra empapada de sangue. Não é indiferente para o marxismo uma ditadura sanguinária, pró-imperialista, e um governo da Irmandade eleito pelas urnas. Não é indiferente um regime militar e uma democracia mutilada. Não é igual para o marxismo uma ditadura sanguinária, pró-imperialista, e um governo islâmico reacionário e repressivo com traços nacionalistas.

Não se pode confundir um governo francamente pró-sionista com um governo que tem restrição ao intervencionismo. É necessário reconhecer as diferenças entre uma ditadura pró-sionista e um governo islâmico desvinculado do sionismo. O governo de Israel sabe muito bem diferenciar a ditadura golpista do governo islâmico derrubado. Está aí por que pediu que os Estados Unidos continuem enviando recursos para as Forças Armadas do Egito. A monarquia dos sauditas também sabe divisar a diferença, enviando bilhões de dólares aos genocidas. Mas os morenistas se dão a liberdade de colocar os militares e a Irmandade no mesmo saco da contrarrevolução.

Diz a LIT que não devemos confiar, nem apoiar os militares ou a Irmandade. Está aí a conclusão prática do sinal de igualdade entre a ditadura que desfecha a chacina e os islâmicos que a recebe. Senhores morenistas, deixem de confundir e fazer malandragem com os conceitos. Não se pode embrulhar colocando *confiar* e *apoiar*. Vo-

cês abandonaram há muito o marxismo, mas continuam a se valer do trotskismo para mascarar o centrismo pequeno-burguês. Quem não aprendeu com o leninismo que em determinada circunstância o proletariado tem de apoiar um de seus adversários contra outro, sem jamais com ele se confundir ou confiar? Não tivemos de apoiar a ditadura nacionalista de Saddam Hussein contra a invasão imperialista do Iraque? Isso sem nunca perder de vista que se tratava de um inimigo de classe e um governo da contrarrevolução? Quantas vezes vocês já citaram a formulação de Trotsky de que na hipótese do imperialismo “democrático” atacar a ditadura semifascista de Getúlio Vargas os marxistas teriam de estar do lado da ditadura contra o imperialismo? O apoio ao governo reacionário para derrotar a invasão imperialista não implicaria confiança. O proletariado lutará como força independente, com seu programa, com sua estratégia e com seus métodos revolucionários. O que sempre e em todas as circunstâncias inspirará desconfiança.

A Irmandade dirige uma importante parcela dos explorados e apenas iniciou sua integração no aparato do Estado quando foi derrubada. Não há outro movimento de resistência ao golpe e à ditadura. A parcela da população que se manifestou pela derrubada de Morsi se comprometeu com os golpistas. Aceitou, sob a direção dos liberais e dos democratizantes, a carnificina. Colocou mais uma vez nas mãos das Forças Armadas a condução do País e a convocação de novas eleições. Não pode haver nenhuma dúvida de que se colocou a bandeira de derrotar o golpe, de derrubar a ditadura dos militares logo nas primeiras horas da prisão de Morsi. Antes mesmo, quando os militares deram 48 horas para Morsi renunciar, a bandeira do proletariado era abaixo o golpe, somente os explorados podem derrubar o governo.

Essa luta coloca os marxistas junto às massas que ganharam as ruas pela volta de Morsi. A luta interburguesa dividiu os explorados em campos opostos, oculta a luta de classes e obscurece as tarefas revolucionárias. A parcela que voltou à Praça Tharir contra Morsi foi motivada por razões indiscutíveis, como a permanência da situação de miséria, do desemprego da juventude e o reacionarismo das “reformas” islâmicas. Mas sob a direção golpista dos liberais e democratizantes. Necessariamente, era dever da vanguarda consciente explicar a divisão interburguesa, apresentar suas bandeiras, a estratégia de um governo revolucionário, defender os métodos do proletariado, combater os liberais e a via golpista.

Não se pode fundir as tendências de luta dos explorados com a política que as condicionam. A canalização da luta de classes para os conflitos interburgueses, mascarados pela bandeira da democracia burguesa, implicou a divisão dos explorados e abriu caminho para os golpistas sanguinários. É criminosa a posição da LIT e do PSTU que se negaram a levantar a bandeira de **abaixo o golpe, derrotar a ditadura sanguinária**.

No primeiro manifesto, os morenistas caracterizaram o golpe apenas como uma manobra dos militares para atender as pressões das massas e concluíram que “o golpe dos militares não significava um retrocesso, como seria se envolvesse a mudança de um regime democrático-burguês para uma ditadura”. Mas os fatos mostraram e mostram que há sim um brutal retrocesso. A partir da posição de que o golpe não impunha retrocesso político e que estava pela força “satisfazendo a principal reivindicação do movimento de massa”, a LIT levantou a bandeira de derrotar as mobilizações da Irmandade pela volta de Morsi. Eis, textualmente: “Para que a revolução avance é necessário derrotar esse tipo de mobilização que só serve à contrarrevolução”.

Mas que forças estavam empenhadas e capacitadas a esmagar a Irmandade? Resposta: os militares e os liberais da Frente de Salvação Nacional que com o golpe formaram o governo de Adli Mansour. Não

há nem sombra de um movimento distinto a esse. Talvez haja no laboratório da LIT em Buenos Aires. A firme resistência da Irmandade à derrubada de seu governo obrigou a ditadura militar se apresentar de corpo inteiro. Ampliou a carnificina, impôs o estado de sítio, lotou as prisões, invadiu as sinagogas, instituiu governadores militares nas províncias e anunciou que colocará a Irmandade na clandestinidade.

Perguntamos à militância da LIT e PSTU, é verdadeira a afirmação que o golpe não impôs retrocessos? É certo defender a derrota da Irmandade estando essa sob o ataque dos militares? É uma posição marxista, nestas condições, se colocar pela repressão à Irmandade? Não somente é incorreto, como criminoso. A explicação dada ao massacre inicial e agora à carnificina pelos morenistas é assustador, considerando que o centrismo pode guardar alguma relação com o marxismo. No primeiro manifesto, não caracterizou como massacre mais de cem mortes entre os partidários da Irmandade desarmados. Eis o que disse: *“Repudiamos esse ataque por sua crueldade desnecessária e porque essas mortes só servem para fortalecer a tentativa da Irmandade de voltar ao poder, aproveitando a indignação que este fato criou em todos os setores, inclusive entre aqueles que derrubaram Morsi.”* A LIT não condenou o massacre pelo seu conteúdo de classe e político, mas por sua “crueldade desnecessária”. Isso porque se colocou de acordo com os golpistas em reprimir a Irmandade (prender, proibir sua expressão e manifestação, torná-la ilegal) até certo ponto. O realismo de sua análise chegou ao ponto de considerar que não havia necessidade de matança para calar os islâmicos. Mas a ditadura golpista não se guiou por suposições e previsões de laboratório. A Irmandade nas ruas constituía um perigo real para a consolidação do golpe e dos seus objetivos reacionários. Diante de uma ditadura genocida, a LIT condenou timidamente a “crueldade desnecessária”. O marxismo não reconhece e nem concebe “crueldade necessária” ou “desnecessária”. Tão somente identifica e se guia pela luta de classes, que intrinsecamente carrega a violência contrarrevolucionária e revolucionária. A crueldade é uma expressão do moralismo pequeno-burguês, que se assustou com sua própria posição favorável à repressão dos generais sobre a Irmandade.

Na segunda declaração, quando havia mais de mil mortos, a LIT retomou a mesma explicação: “O exército, apoiando-se no grande prestígio que ganhou na população por ter derrubado Morsi e no ódio desta à Irmandade Muçulmana, começou a desfechar uma repressão desenfreada e completamente desproporcional contra os militantes da Irmandade”. As falsificações nesta frase são de diversa ordem. O exército não se apoiou simplesmente no “grande prestígio que ganhou na população”, mas se apoiou na posição dos partidos da Frente de Salvação Nacional, em figuras proeminentes como a de Mohamed ElBaradei e no imperialismo. A parcela dos egípcios que foram às ruas pela derrubada de Morsi estava sob tais direções. O ódio contra a Irmandade não é de toda a população. Passar a ideia de totalidade é grosseira falsificação. A LIT obscurece as condições fundamentais do golpe com a simples constatação de que a população adora as Forças Armadas por razões históricas. Também é falso generalizar esse prestígio para a “população”. A Irmandade controla parte significativa da população, incluindo suas camadas mais oprimidas. Finalmente, a noção de “repressão desproporcional” descaracteriza a natureza do golpe e suas razões. Essa mixórdia já constava da primeira declaração.

O mais novo invento da LIT e PSTU é este: “Aparentemente, os únicos destinatários desta fúria repressiva das FFAA seriam os partidários da Irmandade Muçulmana e de Morsi. Mas, quem pensa assim, se equivoca. Se a repressão fosse somente contra a Irmandade, não seria necessário um banho de sangue como o que perpetrou o Exército. Bastariam as prisões massivas ou, no mínimo, toda a sua

cúpula. Tampouco seria necessário declarar um estado de emergência (de sítio), nem o toque de recolher, pois seria suficiente colocar a Irmandade na ilegalidade.”

A LIT confirma o seu apoio inicial ao golpe, esperando que os militares não fossem tão longe com sua ditadura e não violassem as liberdades políticas de todas as forças (excetuando a Irmandade). Sua esperança inicial era de que os militares se restringissem à vontade das massas mobilizadas (ou seja, à vontade política da oposição liberal), reprimindo comedidamente os islâmicos com prisões e medidas político-judiciais. Até os primeiros massacres, a LIT não viu um ataque a toda população, mas apenas uma desmedida e cruel matança. Agora que a ditadura para se firmar no poder estabeleceu o estado de sítio, a LIT está vendo a repressão generalizada.

Os morenistas precisam de uma válvula de escape para sua posição reacionária de apoio ao golpe e à repressão comedida dos golpistas à Irmandade. Vão mais longe com a impostura, com a novidade de que agora a situação ficou feia para todos. Eis a conclusão: “No Egito, a tarefa central é enfrentar as medidas do novo governo.” Como se vê, a tarefa já não é esmagar politicamente a Irmandade, mas defender as liberdades políticas. Afinal, o bárbaro serviço de esmagamento da Irmandade em parte está feito. A LIT é contra maior crueldade.

Os morenistas dão um salto sobre os acontecimentos. Desvinculam o golpe inicial de sua evolução para a ditadura plena. Não se dão conta, ou fingem que não se dão conta, que sua posição favorável à derrubada do governo eleito e a consequente repressão sobre a Irmandade com os métodos da reação militar foram o ponto de partida para se chegar ao estado de sítio. É claro que a violência reacionária contra a Irmandade também é ponto de partida para o ataque a todos aqueles que ousarem discordar da ditadura e se dispuseram a combatê-la.

A LIT alimentou esperança que o movimento de massa que pediu a derrubada de Morsi seria um seguro contra a instalação de uma ditadura sanguinária. Mas o revolucionarismo subjetivo se revela reacionário diante dos confrontos interbugueses e da luta de classes que permeia o movimento democrático das massas. A ausência de uma direção revolucionária (marxista-leninista-trotskista) dos explorados está no centro da tragédia egípcia. Os morenistas procuram ver em qualquer levante contra uma ditadura a revolução democrática. Desta vez, acabaram se comprometendo com um golpe sangrento.

Para se combater a transformação do golpe contra o governo da Irmandade em ditadura militar, era imperativo, desde quando foram dadas 48 horas para Morsi renunciar, rechaçar a via golpista e se contrapor claramente ao apoio do movimento que seguia os liberais e os democratizantes ao ultimato dos militares. É o que a LIT não fez. O conselho dos revisionistas do trotskismo para não se hipotecar nenhuma confiança no governo títere do imperialismo, assim, perdeu qualquer valor prático. A bandeira da LIT de “Abaixo o regime militar repressivo e servil do imperialismo e de Israel” chegou tarde. A bandeira de “Abaixo o plano contrarrevolucionário do Exército e da Irmandade” é reacionária: funde e confunde a ditadura com uma força política que dirige importante parcela das massas.

Nesta segunda declaração, os redatores fazem a seguinte pergunta: “A revolução já foi derrotada? Responde: Desde a LIT-CI não vemos, no processo atual, uma derrota da revolução. Ao contrário, os morenistas estão vendo “uma colossal revolução”. E o golpe genocida, como se explica nesta “colossal revolução”? Simples, em toda revolução “atua a contrarrevolução”. O choque entre os militares e a Irmandade, portanto, não passa de um episódio que envolve duas forças contrarrevolucionárias.

O sinal de igualdade, como se constata, é a varinha mágica da LIT. Mas essa varinha tem outras aplicações. Eis: “Se estas tentativas

contrarrevolucionárias, ainda em sua fase inicial, serão vitoriosas ou não, dependerá da luta de classes.” Bela abstração! E como se desenvolverá a luta de classes sob a ditadura? Outra abstração: “As massas egípcias não foram derrotadas, pelo contrário”. Como não foram derrotadas, se se provocou uma enorme divisão no País? Uma ditadura que se impõe com massacres somente é possível com a derrota das massas. Uma derrota não apenas da parcela que segue a Irmandade, mas do conjunto da maioria oprimida. Como não há uma derrota se se reconstituiu a ditadura de Mubarak?

É claro que os subjetivistas da LIT que viram no golpe um reflexo positivo da luta do povo contra a Irmandade não podem ver a brutal derrota das massas que se mobilizaram e se sacrificaram nos levantes de janeiro de 2011.

A questão que se coloca é se os explorados conseguirão se erguer da derrota contra a ditadura e contra as variantes políticas que o imperialismo negociará com os militares. As possibilidades dos explorados recuperarem a unidade estando sob a direção dos liberais, dos opositores democratizantes e da Irmandade é praticamente impossível. E essa unidade é fundamental para quebrar a espinha dorsal do poder militar e da influência do imperialismo sobre o Estado egípcio. Sem essa condição não pode haver progresso no processo revolucionário egípcio.

Não se pode responder seriamente a essa pergunta da LIT sem se reconhecer que a parcela que se mobilizou contra Morsi estava e está sob a política golpista dos liberais. Não se apoia um golpe sangrento im-

punemente. Os explorados sem sua direção revolucionária não podem dar um passo em direção à revolução, que não pode ser outra senão a revolução proletária. Os choques vão continuar. A ditadura terá de se adaptar para sobreviver. Mas os explorados divididos são impotentes diante da política da feudal-burguesia egípcia e do imperialismo.

Ocorre que a LIT e PST desvinculam a revolução de sua direção, do programa e da estratégia de tomada do poder. O morenismo inventou uma revolução democrática sem que as massas em combate estejam sob a política do proletariado. Essa possibilidade é ilusória. Ilusão que coloca a LIT sob a influência da pequena-burguesia democratizante. No caso do Egito, os morenistas se adaptaram às pressões da parcela da população que segue os liberais e democratizantes.

A tarefa do internacionalismo proletário é a de lutar para que se constitua um partido marxista-leninista-trotskista no Egito, como parte da reconstrução da IV Internacional. Sem dúvida, essa tarefa somente poderá se materializar se o marxismo-leninismo-trotskismo entender o melhor possível o processo revolucionário egípcio e responder corretamente à luta de classes com o Programa de Transição da IV Internacional. Não se trata de omitir uma posição e ficar na cômoda posição de que em algum momento aparecerá uma vanguarda disposta a superar a crise de direção.

A posição desenvolvida pela LIT, desgraçadamente, caminha no sentido contrário desta tarefa e se levanta como um obstáculo. Essa é a razão por que nos vimos na obrigação de rechaçar e combater suas posições antimarxistas.

Matança na Síria

Quem utilizou a arma química? Quem é o principal responsável pela mortandade na Síria?

A estimativa é de que a guerra civil já fez 100 mil mortos. Esse dantesco número acaba de ser acrescido com centenas de mortos. Entre eles, um elevado contingente de crianças e mulheres. Quantos de fato perderam a vida no ataque com arma química ainda está para ser definitivamente apurado. Mas os corpos apresentados atestam a mortandade.

Segundo denúncia de insurgentes, o exército de Assad é o responsável pelo ataque químico. Na falta de comprovação, o governo sírio, por sua vez, acusou os insurgentes de ação terrorista. Lançou a principal suspeita sobre a facção jihadista Frente al-Nusra.

Os Estados Unidos se pronunciaram como uma violação que levará a frente de países que apóiam os insurgentes a tomar drásticas medidas. A Rússia saiu em defesa de Assad, debitando o ataque à oposição. Argumentou que não havia interesse do regime em provocar uma crise bem no momento em que a comissão da ONU estava em Damasco, a 15 minutos do local da tragédia, para investigar três ataques de armas químicas. Certamente, trata-se de um argumento tão-somente lógico. Por outro, lado as potências pró-insurgência não garantem que os opositores não portem armas químicas.

A Síria não é o único país a deter arsenal químico. O fato é que não se tem uma incontestável definição do agente da catástrofe humana. Os Estados Unidos e a Rússia, finalmente, se puseram de acordo em pedir a Assad que permita à ONU investigar o acontecido. A França, porém, tem como certo que o ataque partiu das forças governamentais e exortou a “comunidade internacional” (nome capcioso que substitui imperialismo) a reagir com dureza. O que quer dizer entregar armas mais poderosas para os insurgentes e intervir com poderio militar

externo. Os republicanos viram na mortandade a oportunidade de retomar a pressão sobre Obama para que os Estados Unidos liderem um cerco bélico ao regime.

O imperialismo europeu, liderado pela burguesia francesa, jogou um papel de primeira linha na intervenção contra Kadafi e na destruição do regime. É do interesse da França reproduzir a ação militar na Síria, mas precisa contar com a anuência dos Estados Unidos e com a colaboração da Inglaterra, que segue o que a Casa Branca ditar.

A proibição do uso de armas químicas foi a primeira das condições impostas pelo imperialismo para que a intervenção externa não ocorresse. Obama a traçou como a “linha vermelha”. Três morticínios ocorreram com gases. Em todos eles, o vulto do intervencionismo tomou corpo. Mas nunca se provou qual dos lados da guerra civil nutriu a Síria de cadáveres soltando o gás sarin.

Pode ser que desta vez as ameaças assumam alguma forma concreta. Principalmente, se a ditadura no Egito se afirmar e o movimento das massas refluir. Tudo indica que a ditadura de Assad tomou fôlego nos últimos meses, golpeando a insurgência. É do interesse do imperialismo, da coligação árabe, formada pela Arábia Saudita, Emirados Árabes, etc., da Turquia e de Israel que a guerra prossiga e se reverta em favor da insurgência com a intervenção direta de uma coligação das potências (Estados Unidos, Inglaterra e França). A Rússia seria isolada, não tendo como sustentar seus interesses na Síria.

Essa via há muito foi traçada, mas a crise na região é explosiva. Existe o perigo de um despertar anti-imperialista das massas, que vêm se chocando com os regimes monárquicos e ditatoriais. Os Estados Unidos esperam uma situação mais propícia para tomar iniciati-

vas como às da invasão do Iraque e Afeganistão.

A bandeira imperialista dos Direitos Humanos, largamente usada para justificar o cerco bélico à Líbia, não serviu para a Síria. Mas poderá ser desfraldada diante do ataque químico. A França se acha com o moral alto para exigir a intervenção sob a justificativa do humanitarismo. A burguesia francesa está exasperada com a crise de superprodução e financeira, que persiste desde 2008. A utilização de parte de seu arsenal bélico lhe seria benéfica. A crise mundial exige destruição maciça de forças produtivas.

Os abutres apresentam a Síria como o mundo da barbárie – 100 mil mortos, devastação da economia, ruína de cidades inteiras, uso de armas químicas e mais de dois milhões de refugiados. Mas por detrás dessa hecatombe econômica e social estão os Estados Unidos, a França e a Inglaterra. A Arábia Saudita, Emirados, Qatar, Turquia e Israel servem aos desígnios das potências.

Os choques tribais, as dissensões étnicas e o sectarismo religioso se potencializam e se manifestam sob a opressão imperialista, responsável pela manutenção das divisões. A guerra civil na Síria vai muito além de suas fronteiras nacionais. Internacionalizou-se assim que a feudal-burguesia árabe e as potências passaram a influenciá-la, com armas, recursos, treinamento, diplomacia, etc.

A heterogênea oposição passou a depender do exterior. O que colocou em primeiro plano a autodeterminação da Síria. Não se pode pôr fim à guerra civil (internacionalizada pelo imperialismo) e à mor-

tandade, estando o País sob o cerco das potências, da feudal-burguesia árabe e turca.

A derrocada da ditadura de Assad deve ser obra dos próprios sírios. Se o levante interno não abrangeu a esmagadora maioria e não se potencializou para vencer o regime com os métodos revolucionários, é porque as condições ainda não estavam completamente amadurecidas para a queda de Assad. Mas trilhando um caminho próprio, as massas acabariam mudando a correlação de força.

A intervenção imperialista, sem dúvida, abortou o processo revolucionário. O mesmo aconteceu na Líbia.

O proletariado deve denunciar a barbárie instalada na Síria, responsabilizando fundamentalmente o imperialismo. O desmascaramento dos bandidos norte-americanos, franceses, ingleses descobrirá inevitavelmente o rosto da feudal-burguesia, dos sionistas e dos opositores serviais que lutam contra Assad. As massas se unirão para liquidar a camarilha Assad conquistando uma posição de independência diante das potências e de seus agentes na região.

Não há que se furtar à tarefa de construir o partido da revolução proletária, sem o qual não se pode conquistar a completa independência.

O proletariado mundial deve condenar o morticínio que despedaça a Síria, levantando a bandeira da autodeterminação, da expulsão do imperialismo, da derrota das forças internas pró-imperialistas e da liquidação da ditadura de Assad pela via revolucionária.

73 anos do assassinato de León Davidovich Bronstein, Trotsky

No dia 20 de agosto de 1940, León Trotsky foi assassinado por um agente estalinista em Coyoacán, no México. O revolucionário russo nasceu em 7 de novembro de 1879, em Yanovska, Ucrânia. Iniciou sua militância com 17 anos. Com 18, participou da fundação da União Operária do Sul da Rússia. Aos 19, foi deportado para a Sibéria. Escapou da prisão com 23 anos, foi para Londres, com o codinome de Trotsky, onde se encontrou com Lênin.

Ainda muito jovem, se tornou um militante profissional, no sentido que Lênin o definiu na sua obra “Que Fazer”. Grande parte de sua vida esteve na clandestinidade. Em luta contra o czarismo, a burguesia russa e o imperialismo, organizando o partido no seio do proletariado, Trotsky suportou a brutal perseguição policial e assim se forjou em combate.

A vitória do proletariado na revolução de outubro de 1917, dirigido pelo partido bolchevique, colocou-lhe a imensa tarefa de organizar o exército vermelho. Isso se deveu ao fato de Trotsky se destacar como dirigente na primeira linha do bolchevismo, ao lado de Lênin, embora tenha se unido a ele somente em maio de 1917. Também pelo fato de ter sido presidente do soviete de Petrogrado e dirigido o Comitê Militar Revolucionário, que foi decisivo para a vitória da revolução.

Em 1924, começou uma nova etapa em sua militância. Ao se opor à revisão estalinista da estratégia internacionalista e dos métodos proletários de direção do Estado, chocou-se com o aparato burocrático que tomava corpo sob a fração montada por Josef Stálin. Trotsky se livrou de ser assassinado pela polícia czarista, como foram muitos de seus companheiros bolcheviques, mas não teve a mesma sorte com a ditadura policial encarnada pelo estalinismo.

No ano de 1925, foi destituído do Comissariado para a Guerra. Em 1927, foi expulso do Comitê Central do partido russo e da executiva da Internacional Comunista. No ano seguinte, foi deportado para a inhospita região de Alma-Ata. Acabou sendo expulso da Rússia em 1929. Passou a viver na Turquia, sob difíceis condições. Stálin manteve a perseguição policial e em 1932 retirou de Trotsky a cidadania soviética. Novamente expulso, se exilou no México – único país a aceitá-lo, tamanha a campanha realizada pelos estali-

nistas. Stálin não se contentou em expulsá-lo e eliminar sua cidadania. Em 20 de agosto de 1940, Trotsky teve sua vida de revolucionário interrompida por um dos crimes mais infames da história.

O confronto mortal entre a fração de Stálin e a Oposição de Esquerda Russa e depois Oposição de Esquerda Internacional teve por base a revisão do bolchevismo por Stálin (“socialismo em um só país”). Trotsky e outros camaradas da Oposição de Esquerda se lançaram à luta contra o revisionismo com o programa marxista-leninista do bolchevismo. A diretriz estalinista do socialismo em um só país e suas medidas econômicas que impulsionavam a diferenciação de classe foram rechaçadas por abrir caminho à restauração capitalista.

O curso dos acontecimentos mostrou taxativamente a política contrarrevolucionária do estalinismo. A degeneração burocrática do partido bolchevique, a transformação da ditadura do proletariado em ditadura burocrática e a destruição da III Internacional serviram às pressões do imperialismo, que encarna as poderosas forças restauracionistas.

O trotskismo – assim denominado por Stálin – se confirmou como a continuidade do marxismo-leninismo.

A criação da IV Internacional, por León Trotsky, em 1938, erguida sobre o Programa de Transição, passou a responder a política do proletariado mundial, embora não contasse com poderosos partidos inseridos na luta de classes. A crise de direção revolucionária aberta pela revisão estalinista e aprofundada com a restauração capitalista da ex-União Soviética é o grande problema que a vanguarda mundial tem de resolver.

Viva o internacionalismo proletário!

Reconstruir a IV Internacional – Partido Mundial da Revolução Socialista!

Nestes 73 anos do assassinato de Trotsky, os explorados têm assistido tão somente a desintegração do capitalismo e o avanço da barbárie. O comunismo é o futuro da humanidade. Lutemos para construir o Partido Operário Revolucionário.

A seguir publicamos o documento de 1936, escrito por Trotsky e dedicado à análise da crise mundial e das tarefas da revolução.

O novo ascenso revolucionário e as tarefas da Quarta Internacional ⁽¹⁾

Julho de 1936

1. As greves de junho iniciam uma nova etapa no processo interno da França e da Bélgica. Sem dúvida, produzirão não só uma agudização da luta de classes nesses países, mas também, mais à frente, mobilizações de massas em uma parte considerável da Europa, inclusive na Grã Bretanha, e possivelmente também fora da Europa. Assim acaba o isolamento da revolução espanhola.

2. As greves de junho demonstram quanta indignação e vontade de luta vem se acumulando, sob a aparência enganosamente passiva, nas massas proletárias da cidade e do campo durante os anos de crise e reação. Revelaram a simpatia entre as amplas camadas da pequena burguesia urbana e do campesinato pelas lutas operárias. Por fim, puseram às claras a grande instabilidade do regime em seu conjunto, a falta de confiança das classes dominantes, suas oscilações entre León Blum e De la Roque ⁽²⁾. Essas três condições – vontade de luta do proletariado de conjunto, grande insatisfação das camadas inferiores da pequena burguesia, atribulação na esfera do capital financeiro – constituem as *premissas fundamentais para a revolução proletária*.

3. Também nessa ocasião a ofensiva combativa das massas assume o caráter de *greve geral*. Depois de uma etapa prolongada de imobilismo, as consignas parciais, sindicais, importantes por si, foram para os operários o meio necessário para despertar as mais amplas massas e conduzi-las unificadamente contra a burguesia e seu Estado. A greve geral, ao iniciar uma etapa de lutas revolucionárias, não pode deixar de unir as reivindicações sindicais e parciais com as tarefas gerais, ainda não formuladas com clareza, da classe em seu conjunto. Nesta união está a força da greve geral, a garantia da unidade da vanguarda com as amplas massas da classe.

4. Há alguns anos, a greve geral é o eixo da propaganda de nossa seção francesa. A diferença dos demais partidos e grupos que dizem representar a classe operária, os bolcheviques-leninistas franceses oportunamente caracterizaram a situação como pré-revolucionária, avaliaram corretamente a importância sintomática das greves que eclodiram em Brest e Tolon e, apesar dos ataques ininterruptos dos oportunistas e social-patriotas (SFIO, PC, CGT) ⁽³⁾ e da oposição dos centristas (Marceau, Pivert, etc.) realizaram uma campanha de agitação para preparar a greve geral. Quando o terreno é fértil, um punhado de sementes rende uma grande colheita. Na situação criada pela crise social e pela indignação das massas, uma pequena organização, pobre em recursos materiais, mas armada de consignas justas, exerceu sua influência sobre o curso dos acontecimentos revolucionários. A perseguição furibunda aos bolcheviques-leninistas na imprensa capitalista, social-democrata, estalinista e sindicalista, juntamente com a repressão em mãos da polícia e dos juízes de León Blum, constituem uma confirmação pública dessa verdade.

5. Nenhuma das organizações operárias oficiais da França ou da Bélgica queria a luta. As greves explodiram contra a vontade dos sindicatos e de ambos os partidos. Somente diante do fato consumado, os dirigentes oficiais “reconheceram” a greve para estrangulá-la com maior facilidade. Mas até o momento tratou-se de uma mobilização relativamente “pacífica”, sob consignas parciais. Quem pode duvidar por um só instante de que, quando eclode a luta direta pelo poder, os aparatos das Internacionais Segunda e Terceira – como ocorreu com os partidos Social Revolucionário e Menchevique na Rússia de 1917 – se colocarão inteiramente à disposição da burguesia contra o proletariado? A necessidade de uma *nova internacional*, como partido mundial da revolução proletária, se demonstra nova e irrefutavelmente

nos acontecimentos da França e Bélgica.

6. No entanto, o resultado direto e imediato da grande onda grevista de junho é o crescimento excepcionalmente rápido das velhas organizações. Esse fato tem sua explicação histórica. Também os mencheviques e social-revolucionários experimentaram um crescimento febril depois da revolução de fevereiro de 1917, que eles, como social-patriotas, não desejavam que se produzisse durante a guerra; a social-democracia alemã cresceu rapidamente depois da revolução de novembro de 1918, que eclodiu contra sua vontade. Antes de desmascarar sua bancarrota diante do conjunto da classe, os partidos oportunistas se convertem, durante um breve período, no refúgio das mais amplas massas. O crescimento rápido do Partido Socialista e sobretudo do “Comunista”, na França, é um sintoma inequívoco da crise revolucionária do país e, por sua vez, prepara a agonia mortal dos partidos das internacionais Segunda e Terceira. Não é menos importante o crescimento sem precedente dos sindicatos franceses. Ainda que aparentemente contribua a dar peso e importância ao estado maior sindical reformista-estalinista de conjunto (Jouhaux, Racamond, etc.) ⁽⁴⁾, o ingresso de milhões de operários e empregados solapa as próprias bases do aparato sindical conservador.

7. As grandes mobilizações das massas constituem a melhor prova para as teorias e os programas. As greves de junho revelam a farsa das teorias sectárias ultraesquerdistas, que afirmam que os sindicatos estão “acabados” e que é necessário substituí-los por organizações novas, ou construir sindicatos novos e “autênticos”, paralelos, aos velhos aparatos conservadores. Na realidade, nas etapas revolucionárias, a luta pelas reivindicações econômicas e pelas leis sociais não cessa, pelo contrário, se estende até os limites inesperados. Os milhões e milhões de operários que entram nos sindicatos destroem sua rotina, sacodem o aparato conservador, permitem ao partido revolucionário construir tendências nos sindicatos, ganhar influência e lutar com êxito pela direção do movimento sindical. Um partido revolucionário incapaz de realizar com êxito um trabalho sistemático nos sindicatos será todavia mais incapaz de criar sindicatos próprios. Tais tentativas estão condenadas ao fracasso.

8. Ao contrário do que afirmam os dirigentes da Segunda e Terceira internacionais, o capitalismo contemporâneo já não pode garantir trabalho para todos os operários, nem elevar o nível de vida. O capital financeiro descarrega o custo da reforma social sobre os ombros dos operários e da pequena burguesia com a alta dos preços, a inflação aberta ou encoberta, os impostos, etc. A essência da “estatização” atual – a intervenção estatal, tanto nos países “democráticos” como nos fascistas – é salvar o capitalismo putrefato à custa de rebaixar o nível de vida e cultura do povo. Não pode haver outros métodos baseados na propriedade privada. Os programas das frentes populares da França e Espanha e da coalizão belga são uma ilusão e um engano deliberado, que prepara uma nova desilusão para as massas trabalhadoras.

9. A impotência total da posição da pequena burguesia sob o capitalismo em decomposição significa – apesar das vergonhosas teorias de “harmonia social” de León Blum, Vandervelde, Dimitrov, Cachin e companhia – que as reformas em favor do proletariado, ainda que instáveis e enganosas em si mesmas, aceleram a ruína dos pequenos proprietários da cidade e do campo e os jogam aos braços do fascismo. Somente se pode estabelecer uma aliança séria, profunda e duradoura entre o proletariado e as massas pequeno-burguesas, em oposi-

ção às manobras parlamentares do Partido Radical dos exploradores da pequena burguesia, sobre a base de *um programa revolucionário*, isto é, a tomada do poder pelo proletariado e a transformação das relações de propriedade em benefício dos trabalhadores. A coalizão com a burguesia, que leva o nome de “Frente Popular”, é um freio para a revolução e uma válvula de escape para o imperialismo.

10. O primeiro passo para a aliança com a pequena burguesia é a ruptura do bloco com os radicais burgueses da França e da Espanha, do bloco com os católicos e liberais na Bélgica, etc. Devemos explicar isso a todos os operários socialistas e comunistas, nos baseando na experiência. Esta é a tarefa central do momento. Nessa etapa, a luta contra o reformismo e o estalinismo é antes de tudo a luta contra os blocos com a burguesia. Pela unidade honesta dos trabalhadores, contra a unidade desonesta com os exploradores! Fora a burguesia da Frente Popular! Abaixo os ministros capitalistas!

11. No momento, só podemos especular sobre o ritmo dos acontecimentos revolucionários que se avizinham. Graças a determinadas circunstâncias excepcionais (derrota na guerra, a questão camponesa, o Partido Bolchevique), a Revolução Russa completou seu ciclo ascendente – desde a derrubada do absolutismo até a conquista do poder pelo proletariado – em oito meses. Mas nesse breve período se produziu a manifestação armada de abril, a derrota de julho em Petrogrado e a tentativa de Kornilov de levar a cabo um golpe de estado contrarrevolucionário em agosto (5). A revolução espanhola já dura cinco anos de ascensos e refluxos. Nesse período, os operários e camponeses pobres da Espanha manifestaram instintos políticos tão magníficos, demonstraram tanta energia, abnegação e heroísmo, como se o poder estatal estivesse caído em suas mãos há muito tempo, sem que a direção tivesse estado sequer minimamente à altura da situação política e da capacidade de combate do proletariado. Os verdadeiros salvadores do capitalismo espanhol não eram nem são Zamora, Azaña, nem Gil Robles (6), eram e continuam sendo os dirigentes socialistas, comunistas e anarquistas de suas organizações.

12. O mesmo pode se dizer sobre a França e a Bélgica. Se o partido de León Blum fosse realmente socialista, poderia ter-se baseado na greve geral de junho para derrotar a burguesia quase sem guerra civil, com um mínimo de comoções e sacrifícios. Mas o partido de Blum é um partido burguês, o irmão mais novo do radicalismo putrefato. Se o Partido “Comunista” tivesse algo de comunista, no primeiro dia da greve teria corrigido seu erro criminoso, rompido o bloco nefasto com os radicais, chamado os operários a criar os comitês de fábrica e soviets e criado no país um regime de poder dual, o caminho mais curto e seguro para a ditadura do proletariado. Mas na realidade o aparato do Partido Comunista é simplesmente uma das ferramentas do imperialismo francês. A chave do futuro da Espanha, França e Bélgica está na questão da *direção revolucionária*.

13. Da política internacional, podemos extrair particularmente a mesma conclusão da chamada “guerra contra a guerra”. Os social-patriotas e os centristas, sobretudo os franceses, justificam sua sujeição diante da Liga das Nações com o argumento da passividade das massas, sobretudo porque não estiveram dispostas a aplicar um boicote a Itália durante seu ataque pirata à Etiópia. É o mesmo argumento que os pacifistas como Maxton empregam para ocultar sua capitulação. À luz dos acontecimentos de junho, torna extremamente claro que as massas não reagiram diante da provocação imperialista internacional porque os dirigentes de suas organizações as enganaram, adormeceram, frearam, paralisaram e as desmoralizaram. Se os sindicatos soviéticos tivessem dado oportunamente o exemplo boicotando a Itália, esse movimento teria se estendido como um rastilho de pólvora na Europa e no mundo inteiro, e se teria constituído em uma ameaça imediata para os imperialistas de todos os países. Mas a burocracia soviética proibiu e

esmagou todas as iniciativas revolucionárias, substituindo-as pela submissão do Comintern diante Herriot, León Blum e da Liga das Nações. O problema da política internacional do proletariado, como o da política nacional, é um problema de *direção revolucionária*.

14. Cada mobilização de massa muda a atmosfera como uma tormenta, e, por sua vez, destrói todo tipo de engano e ambiguidade política. À luz dos acontecimentos de junho, a consigna de “unificação” das duas internacionais – que já estão unidas na traição aos interesses do proletariado – e as receitas homeopáticas de Burô de Londres (a Internacional Segunda e Meia) – que oscila entre todas as políticas possíveis e sempre elege a pior – resultam patéticas e depreciáveis. Ao mesmo tempo, os acontecimentos de junho colocaram às claras a bancarrota total do anarquismo e do chamado “sindicalismo revolucionário” (7). Nem um, nem outro, na medida que existe sobre a face da terra, previram os acontecimentos nem ajudaram a prepará-los. A propaganda pela greve geral, pelos comitês de fábrica, pelo controle operário tem sido patrimônio exclusivo de uma organização política, isto é, de um partido. Não podia ser de outra maneira. As organizações de massa da classe operária ficam impotentes, indecisas e se perdem se não são inspiradas e conduzidas por uma vanguarda firme e sólida. A necessidade do partido revolucionário se revela com força dobrada.

15. Assim, vemos que todas as tarefas da luta revolucionária conduzem diretamente a uma única tarefa: a criação de uma nova direção, autenticamente revolucionária, capaz de enfrentar as tarefas e possibilidades de nossa época. A participação direta no movimento das massas, com audazes consignas classistas levadas até suas últimas consequências, com uma bandeira independente, com atitude irreconciliável com os conciliadores, sem piedade aos traidores: esse é o caminho da Quarta Internacional. Resulta cômica, e por vez absurda, a discussão a respeito de se chegou o momento de “fundá-la”. Uma Internacional não se “funda” como uma cooperativa, se forja na luta. As jornadas de junho são a melhor resposta aos pedantes que questionam se é “oportuna”. Já não há nada que discutir.

16. A burguesia busca vingança. Os estados maiores do grande capital estão preparando deliberadamente um novo conflito social que, desde o princípio, sem dúvida assumirá a forma de uma provocação ou de uma série de provocações em grande escala contra os operários. Ao mesmo tempo, as organizações fascistas aparentemente dissolvidas fazem febrilmente seus preparativos. O choque dos dois bandos na França, Bélgica e Espanha é absolutamente inevitável. Quanto mais intentos façam os dirigentes da Frente Popular por “reconciliar” os antagonismos de classe e frear a luta revolucionária, mais explosivo e convulsivo será seu caráter no futuro imediato, maiores serão os sacrifícios, mais indefeso se encontrará o proletariado diante do fascismo.

17. As seções da Quarta Internacional percebem com clareza e nitidez o perigo. Advertem francamente o proletariado. Ensinam à vanguarda a organizar-se e preparar-se. Ao mesmo tempo, depreciam a política de lavar as mãos de toda responsabilidade; identificam seu futuro com o das massas em luta, por terríveis que sejam os golpes dos próximos meses e anos. Participam em cada ato da luta para contribuir com a maior clareza e organização possível. Não se cansam de chamar à criação dos comitês de fábrica e soviets. Unificam-se com os melhores operários surgidos da mobilização e, com as mãos dadas, constroem a nova direção revolucionária. Com seus exemplos e críticas, aceleram a formação da ala revolucionária dos velhos partidos, acercando-a no curso da luta e conduzindo-a para o caminho da Quarta Internacional. A participação na luta viva, na primeira linha de fogo, o trabalho nos sindicatos e a construção do partido são atividades simultâneas, que se complementam reciprocamente. Todas as consignas de combate – controle operário, milícia operária, armamento dos operários, governo operário e camponês, socialização dos

meios de produção – estão indissolivelmente ligados à criação dos sovietes de operários, camponeses e soldados.

18. Não é casual que no momento da mobilização das massas na França, os bolcheviques-leninistas ocuparam o centro da atenção política e do ódio dos inimigos de classe; pelo contrário, o fato assinala inequivocamente o futuro. O bolchevismo, que, para os filisteus de todas as cores, é sectarismo, une a firmeza ideológica com a maior sensibilidade a respeito dos movimentos de massas. A firmeza ideológica não significa outra coisa senão erradicar da consciência da vanguarda operária toda rotina, inércia, falta de resolução, isto é, educar a vanguarda no espírito das decisões mais audazes, preparando-a para intervir na implacável luta das massas.

19. Nem um só grupo revolucionário na história universal sofreu pressões tão tremendas como o grupo da Quarta Internacional. O *Manifesto Comunista* de Marx e Engels diz que “o papa e o czar... os radicais franceses e os agentes da polícia alemães” estão unidos contra o comunismo. Atualmente, o único ausente da lista é o czar. Mas a burocracia estalinista é um obstáculo muito mais ameaçador e traiçoeiro para a revolução mundial do que foi a autocracia czarista. O Comintern cobiça a política do social-patriotismo e o menchevismo sob a autoridade da Revolução de Outubro e da bandeira de Lênin. A agência mundial da GPU dá as mãos à polícia dos países imperialistas “amigos”, realiza uma obra sistemática de destruição da Quarta Internacional. No caso de eclodir a guerra, as forças unidas do estalinismo e do imperialismo perseguirão o internacionalismo revolucionário com sanha infinitamente maior do que empregaram os generais de Hohenzollern e os carneiros social-democratas contra Luxemburgo, Liebknecht e seus partidários.

20. As seções da Quarta Internacional não recuam diante da imensidade das tarefas, do ódio furioso dos inimigos, nem de sua escassez numérica. Nesse momento, as massas combatentes, ainda que não sejam conscientes disso, estão muito mais perto de nós do que de seus dirigentes oficiais. Sob os golpes dos próximos acontecimentos se produzirá no movimento operário um reagrupamento cada vez mais veloz e amplo. Na França, o Partido Socialista ficará excluído das fileiras do proletariado. No Partido Comunista se produzirá com toda certeza uma série de cisões. Nos sindicatos surgirá uma poderosa corrente de esquerda sensível às consignas bolcheviques. Nos demais países arrastados pela crise revolucionária se produzirão processos idênticos sob outras formas. Acabará o isolamento das organizações da vanguarda revolucionária. As massas farão suas as consignas bolcheviques. A época vinda será a época da Quarta Internacional.

Pós-Escrito

“O choque dos dois bandos na França, Bélgica e Espanha é absolutamente inevitável. Quanto mais intentos façam os dirigentes da Frente Popular por “reconciliar” os antagonismos de classe e frear a luta revolucionária, mais explosivo e convulsivo será seu caráter no futuro imediato, maiores serão os sacrifícios, mais indefeso se encontrará o proletariado diante do fascismo” (ver o parágrafo 16 acima). Os acontecimentos confirmaram esta previsão antes de se publicarem essas teses.

As jornadas de julho (na Espanha) aprofundam e complementam as lições das jornadas de junho na França com vigor excepcional. Pela segunda vez em cinco anos a coalizão dos partidos operários com a burguesia radical levou a revolução à beira do abismo. Incapaz de resolver uma só das tarefas da revolução – dado que essas tarefas sintetizam em uma só, a saber, o esmagamento da burguesia – a Frente Popular impossibilita a existência do regime burguês e com isso provoca o golpe de estado fascista. Ao adormecer os operários e camponeses com ilusões parlamentares, ao paralisar sua vontade de luta, a Frente Popular gera as condições favoráveis para o triunfo do fascismo. O

proletariado pagará a política de coalizão com a burguesia com anos de tormentos e sacrifícios, senão com décadas de terror fascista.

O governo da Frente Popular revela toda sua insolvência precisamente no momento mais crítico; se produz uma crise de gabinete uma após a outra porque os radicais burgueses temem mais aos operários armados que o fascismo. A guerra civil se arrasta. Qualquer que seja o resultado imediato da guerra civil espanhola, significará um golpe de morte para a Frente Popular da França e outros países. De agora em diante, deve resultar perfeitamente claro para todo operário francês que o bloco com os radicais será o escudo legal para um golpe de estado pelo estado maior francês, protegido pelo ministro de guerra Daladier.

O exemplo da Espanha demonstra que a dissolução administrativa das ligas fascistas sob o aparato do estado burguês é uma mentira e um engano. Somente os operários armados podem enfrentar o fascismo. O proletariado só poderá conquistar o poder pela via da insurreição armada contra o aparato do estado burguês. Para realizar o programa socialista é necessário esmagar esse aparato e substituí-lo por conselhos operários, soldados e camponeses. Se não se realizam essas tarefas, o proletariado e a pequena burguesia não poderão sair da miséria e da carestia, não se livrarão de uma nova guerra.

-
- (1) O Novo ascenso revolucionário e as tarefas da Quarta Internacional. Teses, resoluções e manifestos do primeiro congresso internacional pró-Quarta Internacional, publicado pelo SI pelo Workers Party do Canadá. A cópia do manuscrito depositada no Arquivo de Trotsky de Harvard leva a data de 3 de julho, mas evidentemente o pós-escrito foi escrito depois de 17 de julho, quando se iniciou a insurreição fascista espanhola. A resolução foi aprovada pelo congresso, reunido entre 19 e 31 de julho de 1936 em Genebra (na realidade, em Paris). Sem assinatura.
 - (2) Coronel Casimir de la Rocque (1886-1946): fundou a Croix de feu e os Volontaires nationaux, formações militares direitistas, e em 1934-1935 era o principal candidato para a ditadura fascista. Dissolvidos os bandos fascistas, em 1937 fundou o Partido Social francês (fascista)
 - (3) A Confederação Geral do Trabalho (CGT): a grande federação sindical francesa, dirigida pelos reformistas. Em 1921, cindiu-se; surgiu a Confederação Geral do Trabalho Unitária (CGTU), esquerdista e menor. Se reunificaram em 1935.
 - (4) Julien Racamond (1885-1966): secretário da CGTU em 1923-35 e da CGT unificada em 1935-53: representou a CGTU no congresso de unificação de Limoges, em 1935.
 - (5) Em abril de 1917, Lenin chegou da Suíça e tratou de orientar o Partido bolchevique para a tomada do poder. Isso precipitou uma crise no partido, que até o momento aplicava uma política de conciliação com o Governo Provisório. No princípio, praticamente toda a direção bolchevique se opôs a posição de Lenin de ditadura do proletariado. As jornadas de julho de 1917 em Petrogrado foram um período de insurreição espontânea e sangrenta repressão. O governo declarou responsáveis os bolcheviques, prendeu seus dirigentes e enclausurou seus jornais. O general Lavr G. Kornilov (1870-1918), cossaco siberiano, comandante e chefe sob Kerenski a partir de julho de 1917, lançou uma motim contrarrevolucionário. Foi preso, mais escapou e dirigiu a contrarrevolução até que morreu em abril de 1918.
 - (6) Jose Gil Robles e Quiñones (n.1898): dirigente do Partido Católico espanhol (direitista); foi ministro de guerra do governo de Lerroux, que derrotou a insurreição de outubro de 1934.
 - (7) Antes da Primeira Guerra Mundial, os sindicalistas revolucionários (tendência que considerava que o capitalismo não seria derrotado pelo partido político, mas pelos sindicatos) se opuseram às tendências de colaboração de classes nos sindicatos. Ver os escritos de Trotsky sobre a relação entre o comunismo e o sindicalismo na antologia Leon Trotsky on the Trade Unions. Sobre os sindicatos (editorial Pluma, 1977).

Extraído da obra Escritos, de León Trotsky, tomo VII, 1935-36, vol.2, editorial Pluma)